

***INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL***

2010/2011



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO DOUTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NEM MOÇAMBICANAS

**IMPORTÂNCIA DOS VALORES CULTURAIS NO
DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS DE
MOÇAMBIQUE**

*Francisco Zacarias Mataruca
Coronel de Cavalaria*



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**IMPORTÂNCIA DOS VALORES CULTURAIS NO
DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS DE
MOÇAMBIQUE**

Francisco Zacarias Mataruca
Coronel de Cavalaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL DO CPOG 2010/2011

LISBOA, 2011



LISBOA 2011



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**IMPORTÂNCIA DOS VALORES CULTURAIS NO
DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS DE
MOÇAMBIQUE**

Francisco Zacarias Mataruca
Coronel de Cavalaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL DO CPOG

Orientador: COR TIR Rui Fernando Baptista Moura

LISBOA 2011



Agradecimentos

Entendo que um edifício resulta da acção de muitos intervenientes. Pelo que, do fundo do meu coração, expresso os meus sinceros e profundos agradecimentos ao meu orientador, o Major General Rui Fernando Baptista Moura, pelo apoio, conselhos e incansabilidade na disponibilidade, para que este trabalho viesse à luz do dia.

De igual modo, agradeço a todos os que contribuíram pelas suas ideias e materiais, especialmente, o Coronel Sebastião Bastos Caetano, os Tenentes-coronéis Carlos Manuel Mendes Dias e Elias Paulo Mataruca, os Majores Francisco Daniel Franze, Benjamim Chabualo, Mário Amade Iuno e Abraão Duarte Camacho, o Alferes Manuel Faro Nhazilo, os Doutores Viriato Caetano Dias e Alves José Momade Carangueza e o Senhor Alberto Viegas (biblioteca em pessoa).

Penso que seria uma ingratidão imperdoável e um acto susceptível de julgamento no tribunal da consciência, se não reconhecesse a paciência chinesa da Dra. Maria João Albuquerque, que, pelo seu característico e paciente “artesanato” foi polindo esta criatura, TII.

Toda a equipa da Biblioteca do IESM merece o meu profundo reconhecimento, pela sensibilidade e disponibilidade profissionais ímpares na entrega da literatura necessária e no, especialmente a Auxiliar Maria Balbina dos Santos Abelha Castanheira, as Assistentes Técnicas Arminda Maria Lousada Ferreira Ribeiro Bordalo e Ilda Maria Pereira Ferreira e a Tenente Sofia Gaspar, do Centro de recursos do Conhecimento.

Aos meus camaradas da turma do CPOG (Curso de Promoção a Oficial General) 2010/2011, muito obrigado pelo clima envolvente e pela paciência em me suportar, dando-me sugestões e apoios necessários. O curso foi uma rara oportunidade de, juntos, privarmos, estreitando os laços de irmandade, dilatando também a multiculturalidade.

Estou convicto que o curso teria sido um fardo encarregável, se do outro lado do Índico não chegassem brisas oxigenantes, o constante conforto e balsâmico encorajamento da minha esposa, Beatriz, e dos meus filhos, Leopoldina, Ema, Regina, Júnior e Beatriz. Nas saudades criadas pela distância, eles, também, acabaram tijolando esta empreitada chamada CPOG.

A esta hospitaleira “casa lusitana”, expresso um obrigado sempre cimentado pela lusofonia que irriga as nossas veias. O marchar do sol para o poente não significa o fim do sol. As esperanças renovam-se no ribombar constante das ondas. Este beijo, que se quer sempre estrondoso, entre as águas do Atlântico e as do Índico. Até sempre.

Francisco Zacarias Mataruca



Índice

Agradecimentos	ii
Índice	iii
Resumo	v
Abstract	vi
Palavras-chave	vii
Key words	vii
Lista de Abreviaturas	viii
Introdução	1
a. Enunciado do tema, contexto e base conceptual	1
b. Justificação do estudo	3
c. Objecto de estudo e sua delimitação	4
d. Objectivos da investigação	4
e. Metodologia: Questão central e Questões derivadas	4
f. Estrutura e conteúdo	5
g. Enquadramento conceptual	6
1. Breve caracterização dos grupos étnicos de Moçambique	11
Síntese conclusiva	20
2. Diversidade cultural, unidade nacional e coesão das Forças Armadas de Defesa de Moçambique	22
Síntese conclusiva	25
3. Necessidade da integração dos valores culturais tradicionais com os da modernidade	26
Síntese conclusiva	28
4. Processo de integração e desenvolvimento das Forças Armadas de Defesa de Moçambique	30
Síntese conclusiva	35
5. Integração dos valores culturais na educação para a cidadania nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique	36
a. Unidade nacional	38
b. Patriotismo	38
c. Orgulho pela história nacional	39



d. Coragem	39
e. Honra	40
f. Exemplo	41
g. Disciplina	41
h. Espírito de Corpo	41
i. Fidelidade	42
j. Ligação ao Povo	42
k. Espírito de Sacrifício	43
l. Responsabilidade	43
m. Aprimoramento técnico-profissional	43
n. Dedicção ao trabalho	44
Síntese conclusiva	44
Conclusões e Recomendações	45
a. Conclusões	45
b. Recomendações	45
Bibliografia	48
Entrevistas e Contactos Pessoais	54



Resumo

O presente estudo procura ser uma reflexão sobre a importância dos valores culturais no desenvolvimento das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM). Com o mesmo, pretende-se verificar como os valores culturais têm concretamente dinamizado as FADM no reforço da unidade nacional e do patriotismo, em função da literatura de especialidade e de entrevistas de carácter individual realizadas aos oficiais das FADM e aos oficiais de países amigos, acrescidas dos anos de experiência militar e de docência.

Devido à sua multietnicidade, Moçambique é um país de diversidade cultural, mosaico enriquecedor e elemento de coesão nacional.

Da mesma forma que a pluralidade cultural foi sendo construída ao longo da História do país, também é lógico que as identidades são uma construção constante, em função dos ditames do tempo e das metamorfoses da sociedade e do mundo, que já se chama aldeia global.

Nas FADM, ingressam cidadãos oriundos de vários ecossistemas culturais, imprimindo deste modo, a identidade nacional e reforçando a coesão da instituição militar.

A sociedade moçambicana deve preservar a sua tradição nacional positiva, integrando outros valores da modernidade, atitude que reforça, evidentemente, a nossa cultura.

Para garantir que os valores culturais sejam transmitidos de geração em geração e consolidem a moçambicanidade, é fundamental a educação para a cidadania, em toda a sociedade, nas instituições de ensino e nas FADM, em particular.



Abstract

This study intends to be a reflection on the importance of cultural values in the development of Mozambique Defence Armed Forces (FADM). It, also, intends to verify how cultural values have concretely dynamised FADM in strengthening national unity and patriotism, making use of specific literature and individual interviews with FADM officers and officers from friendly countries, plus, my years of experience as a military and as a teacher.

Due to its multiethnicity, Mozambique is a country of cultural diversity, an enriching mosaic and an element of national cohesion. As multiculturalism has been constructed along country History, also identities are constantly changing, according to laws of time and to society and world transformations – the so called global village.

Citizens from several cultural ecosystems join our FADM, thereby, instilling national identity and strengthening military institution's unity.

Mozambican society must preserve its positive national tradition, adding modern values, which will, certainly, reinforce our culture.

To guarantee that cultural values will pass from generation to generation, and consolidate *Mozambicity*, teaching for citizenship is something crucial in civil society, educational establishments and, particularly, in FADM.



Palavras-chave

Cultura; Valores Culturais; Forças Armadas; Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

Keywords

Culture, Cultural Values, Armed Forces, Armed Forces for the Defense of Mozambique.



Lista de Abreviaturas

AGP	Acordo Geral de Paz
CIBM	Centro de Instrução Básica Militar
CPRM	Centro Provincial de Recrutamento de Mobilização
CRM	Constituição da República de Moçambique
FFAA	Forças Armadas
FADM	Forças Armadas de Defesa de Moçambique
FAM	Forças Armadas de Moçambique
FPLM	Forças Populares de Libertação de Moçambique
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
LDNFA	Lei da Defesa Nacional e Forças Armadas
LPDN	Lei da Política de Defesa Nacional
LF	Linha da Frente
LSM	Lei do serviço Militar
LSMO	Lei do Serviço Militar Obrigatório
MQGRM	Moçambique. Quartel General da Região Militar
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SM	Serviço Militar
SMO	Serviço Militar Obrigatório



Introdução

a. Enunciado do tema, contexto e base conceptual

Os homens vivendo em sociedade criam a sua cultura, que a diferencia de outros, inseridos em contextos geográficos e históricos diferentes, podendo-se afirmar que de entre vários patrimónios que as sociedades humanas possuem o da cultura é o dos mais relevantes.

É consensual entre diversos estudiosos que os valores culturais não se transmitem geneticamente. Eles são o resultado da educação ministrada aos seus membros, tanto no passado quanto no presente.

Através da educação, o Homem constrói e desconstrói os valores que orientam a sua vida. Isto significa que a educação não é um acto de transfusão, ela só ocorre e produz efeitos quando o homem for simultaneamente sujeito e objecto do processo. Sujeito, porque tem que participar na sua própria educação. E é objecto, porque tem que ser educado. A tarefa de educação começa na família, primeiro laboratório de cidadania, e estende-se a outros agentes de socialização¹.

A cultura, como herança, criação e recriação de valores, é extremamente sensível às negligências, precisando de ser preservada. Daí ser justo afirmar-se que o “ *património cultural não é uma erva daninha no jardim das nações. Mas é uma planta que morre se não for sempre regada.*”²

Não descurando da influência que as gerações passadas exercem sobre a actual e as futuras, indiscutivelmente, os homens se inspiram nos actos positivos que permanecem fortemente implantados na memória colectiva, suportada em contextos históricos.

Com a evolução, numa determinada etapa, os homens se organizaram em Estados cujos atributos essenciais são a população, o território, o governo, a capacidade de estabelecer relações com outros Estados e a soberania (Nogueira, 2005: 25), visando atingir os seguintes fins: a segurança, a justiça e o bem-estar social, económico e cultural dos seus membros.

¹ Existe um discurso do Presidente Samora Machel, em livro, intitulado *A educação é uma tarefa de todos nós*. Maputo: FRELIMO Notícias, 1978

² Cf. José Andrade defende que a cultura é o nosso bilhete de identidade. *Diário dos Açores* [em linha]. 15 Fev. 2011 [referência de 3 de Março de 2011]. Disponível na internet em: <http://www.diariosacores.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=9047:jose-andrade-defende-que-a-cultura-e-o-nosso-bilhete-de-identidade&catid=51:actualidade&Itemid=22>



Moçambique encontra-se no processo da criação da Nação, na condição de país de diversidade cultural, considerando as diferenças como elementos aglutinadores, dando substância à coesão e consciência nacionais.

As Forças Armadas (FFAA) são um sector imprescindível do Estado. A elas cabe a missão de defesa da soberania e da integridade territorial. E, partindo do facto de que os membros das FFAA são oriundos do povo, e sendo Moçambique um país de diversidade étnica, é irrefutável que eles, trazendo os valores culturais dos espaços a que pertencem, imprimem o mosaico cultural na instituição militar.

O patriotismo, a unidade nacional, o respeito ao povo, a disciplina, a honra, a fidelidade, a solidariedade, a dedicação ao trabalho e a subordinação, como valores culturais resultantes da educação, são factores importantes para desenvolvimento das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

Ao longo da História, todas as sociedades passam por situações contraditórias: ora pela contestação da modernidade, nos tempos de crise, ora pelo abandono da tradição, quando ela constituir travão do progresso.

Na luta pela conquista das independências, os africanos encontram nos valores culturais tradicionais os elementos da sua base ideológica, cuja exaltação aglutinou as massas em torno do objectivo principal, a libertação nacional.

Actualmente, em alguns momentos, há sentimento de que os valores tradicionais estão sendo abandonados e substituídos por outros, devido a vários factores, de entre os quais, o fraco papel da educação familiar e escolar e os efeitos da modernidade e da globalização, concorrendo para a penetração de elementos nocivos que, facilmente, conquistam as mentalidades das populações, especialmente das camadas jovens.

Assim, argumenta-se que, quando as sociedades são culturalmente desenraizadas, os projectos de desenvolvimento não produzem efeitos desejados, porque não há o caminhar consistente, não existindo o ponto de partida seguro. A ausência duma base cultural segura torna o terreno lamacento e escorregadio, impedindo o alcance de resultados positivos.

Perante esta realidade, a questão que se pode colocar é a seguinte: será que a tradição e a modernidade não podem conviver?

Se na sociedade em geral, a cultura pode contribuir para o progresso, o mesmo é válido para as FFAA, importando, porém, questionar de que modo é que os valores culturais podem garantir o desenvolvimento das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM)?



b. Justificação do estudo

O tema, “**A importância dos valores Culturais no desenvolvimento das Forças Armadas de Defesa de Moçambique**”, assume relevância pelas razões que a seguir mencionamos.

Em qualquer sociedade, o desenvolvimento e a segurança são dois elementos essenciais e interdependentes. O desenvolvimento só é possível em sociedade segura e, por outro lado, sem desenvolvimento não há estabilidade social.

A estabilidade está ligada à cultura, tendo em conta que a vida humana tem importância e segurança se estiver em harmonia com os elementos culturais que determinado povo defende ver mantidos, para a permanência da sociedade a que pertence. Esses elementos, criados e recriados historicamente, são os valores culturais.

O estudo é pertinente na medida em que, sendo a função das FFAA “*defender a independência nacional, preservar a soberania, a unidade e a integridade do país e garantir o funcionamento normal das instituições e a segurança dos cidadãos contra qualquer ameaça ou agressão armada*” (LDNFA, 1997: art.º 1.º), este desiderato só pode ser realizado condignamente havendo uma plena identificação com os valores culturais nacionais. FFAA desenraizadas da cultura do seu povo são uma instituição sem identidade.

Na cultura, devem ser preservados aqueles aspectos que garantem o desenvolvimento e abandonados os que se revelam prejudiciais ao progresso social.

Para as FADM convergem cidadãos oriundos de todos os grupos étnicos, portadores de diversidade cultural, devendo a instituição militar, por conseguinte, moldá-los nos valores culturais da Nação e do Povo a que juram servir. Assim, as FADM devem ser uma escola de educação para a cidadania.

Estando o mundo na fase de globalização, é fundamental que a identidade nacional não descure outros valores que constituem o património da Humanidade, devendo, logicamente, saber integrá-los na realidade nacional.

A vida só tem importância se estiver em harmonia com os elementos identitários, que são os valores. Em torno deste aspecto, Fagundes apud Giacomim e Costa (s/d: 3), sublinha o seguinte:

“A primeira intenção de todo ser vivo é manter-se, mas para nós não é suficiente a mera sobrevivência apoiada em conhecimentos sobre o mundo: é fundamental que a vida valha a pena. Uns dos produtos ideais da cultura são os valores”



A maioria dos actuais membros das FADM é constituída por militares incorporados após a independência nacional, justificando-se que sigam os exemplos positivos dos seus antecessores, aqueles que deixaram o legado que deve ser continuado, valorizando, assim, os sacrifícios por eles consentidos. Pois, há sempre um sentimento de gratidão quando quem parte deixa a herança positiva que é preservada pelos seus sucessores.

c. Objecto de estudo e sua delimitação

O estudo centra-se no papel que os valores culturais podem desempenhar para a coesão e desenvolvimento das Forças Armadas de Defesa de Moçambique. O trabalho incidirá sobre os valores culturais do povo moçambicano, com ênfase naqueles que caracterizam a instituição militar.

Serão abordados os seguintes aspectos: breve caracterização cultural dos grupos étnicos de Moçambique, a diversidade cultural, os valores culturais positivos da sociedade moçambicana, o processo de desenvolvimento das FADM e os valores culturais na educação para a cidadania na instituição militar.

d. Objectivos da investigação

Este estudo visa explicar o contributo dos valores culturais moçambicanos para o fortalecimento das FADM. Para alcançar este desiderato, definimos os seguintes objectivos específicos:

- Caracterizar a diversidade cultural de Moçambique;
- Indicar os factores que contribuíram para a diversidade cultural de Moçambique;
- Descrever o processo de desenvolvimento das FADM;
- Identificar os valores culturais positivos para o desenvolvimento das FADM;
- Explicar a importância dos valores culturais no processo de desenvolvimento das FADM; e
- Identificar os valores culturais que podem contribuir para a educação da cidadania nas FADM.

e. Metodologia: Questão Central e Questões Derivadas

Na realização deste estudo, seguimos os seguintes passos: consulta da bibliografia disponível na Biblioteca do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), em Moçambique e na Internet e realização de entrevistas exploratórias aos oficiais das FADM,



aos das Forças Armadas Portuguesas e das de Timor-Leste e cidadãos civis de Moçambique.

Para orientar a pesquisa, formulámos a Questão Central (QC), com base na qual elaborámos as Questões Derivadas (QD) e respectivas Hipóteses (H).

A Questão Central de investigação é a seguinte: “De que modo os valores culturais moçambicanos podem contribuir para o desenvolvimento das Forças Armadas de Defesa de Moçambique?”

Em função da QC, formulámos as seguintes QD:

QD1 – A diversidade cultural de Moçambique é prejudicial ou benéfica à unidade nacional?

QD2 – As diferentes origens culturais dos membros das FADM permitem garantir a coesão institucional?

QD3 – Apenas a tradição traz valor à cultura nacional?

QD4 – Todos os valores culturais nacionais são positivos para as FADM?

QD5 – Como se caracteriza o processo de desenvolvimento das FADM?

QD6 – Como devem ser preservados os valores culturais nacionais?

Com o objectivo de procurar respostas para as QD, estabelecemos as seguintes Hipóteses:

H1 – A diversidade cultural de Moçambique permite reforçar a unidade nacional.

H2 – A diversidade das origens culturais dos membros das FADM ajuda a garantir a coesão da instituição militar.

H3 – A cultura nacional deve integrar os valores positivos da tradição mas também os da modernidade.

H4 – Nem todos os valores culturais nacionais são positivos tanto para a sociedade em geral quanto para as FADM.

H5 – O processo de desenvolvimento das FADM conta com a integração de cidadãos representativos da diversidade cultural de Moçambique que promovem o sentir nacional na instituição militar.

H6 – Os valores culturais nacionais devem ser integrados na educação para a cidadania.

f. Estrutura e conteúdo

Este trabalho está organizado em sete capítulos. O primeiro refere-se à introdução, na qual enunciamos o tema, justificamos a sua importância, mencionamos o objecto e os



objectivos da nossa investigação, procedemos à respectiva delimitação e apresentamos a metodologia por nós seguida.

No segundo capítulo, apresentamos os grupos étnicos de Moçambique, fazendo uma breve caracterização cultural.

No terceiro capítulo, falamos da diversidade cultural nacional, como factor enriquecedor e de coesão do país e das FADM.

No quarto capítulo, demonstramos a necessidade da integração dos valores culturais tanto tradicionais como modernos na educação das FADM.

No quinto capítulo, descrevemos o processo de integração de cidadãos de todo o país no processo de desenvolvimento das FADM.

No sexto capítulo, abordamos a necessidade da integração dos valores culturais na educação para a cidadania na sociedade moçambicana e, especialmente, nas FADM.

Por último, apresentamos as conclusões e as recomendações do estudo feito.

g. Enquadramento conceptual

Para facilitar a compreensão do tema, vamos apresentar os seguintes conceitos estruturantes do estudo: cultura, identidade cultural, diversidade cultural, identidade social, educação, valor, valores culturais, tradição, povo, grupo étnico, etnia, tribo, nação, pátria, defesa nacional, cidadão, cidadania e educação para a cidadania.

Segundo Rocher apud Silva (s/d), a cultura é *"um conjunto ligado de maneiras de pensar, de sentir e de agir que, sendo apreendidas e partilhadas por uma pluralidade de pessoas, servem, duma maneira simultaneamente objectiva e simbólica, para organizar essas pessoas numa colectividade particular distinta"*.

Estas “maneiras de pensar, de sentir e de agir” não são universais. Pertencem aos membros de uma sociedade distinta, porque os valores culturais têm formas específicas de se manifestar em cada agrupamento humano, tendo em conta que não há povos repetidos.

A Resolução do Conselho de Ministros da República de Moçambique, que aprova a Política Cultural e Estratégia da sua implementação, define a cultura como sendo

“ (...) um conjunto complexo de maneiras de ser, estar, comportar-se e relacionar-se desde o nascimento até à morte passando pelos rituais que marcam os principais momentos do processo de integração social e de socialização. A cultura compreende: os aspectos criativos; as artes visuais e cénicas; os materiais: vestuário, arquitectura e instrumentos de trabalho; os institucionais: as estruturas económicas, sociais, políticas e militares; os filosóficos: ideias, crenças e valores...



a Cultura deve ser entendida como sendo a totalidade do modo de vida de um Povo ou Comunidade.” ” (RESOLUÇÃO n.º 12/ 1997).

Ao apresentar esta conceituação, o governo moçambicano pretende mostrar que, na concepção e implementação de políticas, dever-se-á ter em conta o carácter complexo e multifacetado da realidade cultural do país. Pois, uma política desligada da realidade cultural dos seus destinatários jamais produzirá os resultados desejados.

Uma parte importante da cultura é ocupada pelos valores. Isabel Renauld apresenta o valor tanto na vertente objectiva como na subjectiva. Do ponto de vista objectivo, “*o valor é uma característica do bem, ou de um bem: é o bem que aparece como afectado com um outro peso que o torna desejável*” (Renauld, 1992: 131).

Para a autora, a vertente subjectiva do valor está ligada ao “*sujeito, com o seu desejo, a sua inteligência, a sua vontade, que faz com que o valor seja valor*” (Renauld, 1992: 131). Nesta abordagem, o valor está ligado ao Homem, na qualidade de um ser que, pela sua consciência, tem o poder de julgamento, em função da noção que tem do bem e do mal, dependendo da educação recebida, da sociedade em que se encontra inserido, do tempo em que vive e do futuro por ele aspirado, junto dos outros, e do tipo de herança social que pretende deixar para os vindouros.

Existindo uma diversidade de valores, importa frisar que o cerne deste estudo está nos valores culturais

As crenças aceites pela comunidade e que estabelecem as normas de comportamento dos seus membros, na relação entre si, com os outros e com o meio em que vivem, visando atingir a harmonia da sociedade, chamam-se **valores culturais**. Eles espelham o querer dos componentes de determinado agrupamento humano em cada contexto histórico concreto.

Vincando a importância dos valores e do seu carácter mutável, Giacomim e Costa (s/d: 3) consideram que “*Os valores são que nem ‘moldura’ da existência individual e coletiva (sic) do ser humano, de modo que podemos compreender os atos (sic) das pessoas enquanto sujeitos históricos e coletivos (sic), situando-os em um contexto de mundo que informe e eduque as novas gerações com conhecimentos e conceitos. Valores, conhecimentos e preconceitos mudam porque os seres humanos modificam conforme o avanço das ciências...*”. Não existem valores culturais eternos.

Os valores culturais resultam da Educação, sendo esta “*um meio para atingir a inserção harmónica e participada de cada pessoa na sociedade onde vive*” (Trindade apud



Pereira, 1994: 4), para que se comporte “*em conformidade com normas reconhecidas e aceites como fundamentais à vivência comum*” (Moura, 2003:278).

Uma das características de Moçambique é a existência de diversos grupos étnicos. Chama-se grupo étnico ao “*grupo cujos membros têm consciência de possuir uma identidade cultural comum, que os separa de todos os outros*” (Giddens, 2010:691).

Também pode-se definir o grupo étnico como um “*conjunto de tribos com caracteres biofísicos e psíquicos, sociais e linguísticos semelhantes, embora diferenciados por certos aspectos relativos a dialectos locais e estruturas de relação político social.*” (MQGRM, 1967: 1).

O termo etnia aplica-se para designar “*um grupo que partilha ideias de possuir antepassados comuns, uma identidade cultural comum e uma ligação com um território natal específico*” (Giddens, 2010:691).

Tribos são um “*conjunto de clãs e famílias, caracterizado por um forte grau de coesão assegurado por um território comum, por caracteres históricos, linguísticos, patrimoniais, sociais e políticos comuns, e, ainda pela existência real ou virtual de um chefe*”³.” (MQGRM, 1967: 1)

Num país multiétnico existe uma variedade de identidades culturais. É por isso que frequentemente se fala da diversidade cultural, referindo-se à “*(...) multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades*”⁴.

Hoje, continuam existindo teóricos que advogam que os requisitos primários para a existência da nação são o território, a língua, a religião, os costumes e a tradição. Porém, a homogeneidade cultural e linguística já não é fundamental e raramente se pode encontrar um país com esta característica. Existem outros elementos constituintes da nação. Assim, podemos aceitar a seguinte definição:

“*Nação é um agregado autónomo, duradouro e permanente, em que há um sentimento bem definido de unidade nacional e um território. É um conceito de ordem moral, representando uma comunhão de sentimentos, de inteligências e de vontades, constituindo uma unidade psicológica e moral.*” (Aresta apud Silva, 1955: 3)

Uma sociedade diferencia-se da outra por aquilo que lhe é peculiar, a sua identidade.

³ Nenhuma tribo moçambicana tem um chefe tribal, isto é, chefe que dirige uma determinada tribo.

⁴ Cf. *Ocareté* [em linha]. Brasil : Camará comunicação e educação popular [Referência de 3 de Março de 2011]. Disponível na internet em : <<http://www.ocarete.org.br/biblioteca/glossario>>



Segundo Vaz (2005: 32) “ *identidade social é o sentimento de pertença a um grupo*”

Para Oliveira (2010), “*a identidade cultural é um sistema de representação das relações entre indivíduos e grupos, que envolve o compartilhamento de patrimónios comuns como a língua, a religião, as artes, o trabalho, os esportes, as festas, entre outros. É um processo dinâmico, de construção continuada, que se alimenta de várias fontes no tempo e no espaço*”.

Um dos elementos integrantes da cultura é a **tradição**, definida como a “*transmissão de valores e de factos históricos, artísticos e sociais, de geração em geração, através da palavra ou do exemplo*” (Academia das Ciências de Lisboa, 2001: 3600).

A cultura e a sociedade não podem ser preservadas sem a participação dos seus cidadãos. Para Santana (2005), ser cidadão é tornar-se “*côncio das suas responsabilidades enquanto parte integrante de um grande e complexo organismo que é a coletividade (sic), a nação, o Estado, para cujo bom funcionamento todos têm de dar sua parcela de contribuição.*” Por outro lado, a cidadania é a “*qualidade de cidadão, membro de um estado, de uma nação (...), no pleno gozo dos seus direitos políticos, cívicos e deveres para com esse estado ou essa nação*” (Academia das Ciências de Lisboa, 2001: 812).

Quando os cidadãos participam na vida da comunidade a que pertencem, a sociedade em que estão inseridos, contribuindo na busca de soluções, sem esperar que tudo seja feito apenas pelo poder político, estão fazendo o exercício da cidadania (Nogueira, 2005:289).

Porém, para que os membros da sociedade exerçam a cidadania, precisam de ter a educação para tal, a educação para a cidadania, que é um “*conjunto complexo que abraça, ao mesmo tempo, a adesão a valores, a aquisição de conhecimentos e a aprendizagem de práticas na vida pública* (Delors apud Cabral, 2008).

Quando se fala de patriotismo, refere-se ao “*sentimento de amor à pátria, que se traduz em actos de defesa ou enaltecimento*” (Academia das Ciências de Lisboa, 2001: 2784).

Chama-se pátria à “*nação em relação à qual existe um sentimento de pertença ou uma inclinação sentimental*” (Academia das Ciências de Lisboa, 2001: 2783). Enquanto o povo é o “*conjunto dos homens que, em sociedade, partilham a mesma língua e origem, um certo número de hábitos, tradições e instituições comuns e um território definido*” (Idem, 2001: 2926).



Um povo não é um simples aglomerado de homens. Tem que ser uma comunidade com território, cultura, história. Na história de um povo estão patentes as provas pelas quais ele passou e subsistiu, moldando-se assim o seu carácter. A memória de um povo é um arquivo contendo as realizações dos seus antecessores.

“Para que exista um povo é necessário, portanto, que exista uma comunidade cultural de homens, que tenha subsistido historicamente com carácter definido. Um povo é, por isso, mais dirigido pelos seus mortos do que pelos vivos. Foram aqueles que lhes deixaram um testamento que a posterioridade procura cumprir, inspirando-se nos actos dos mortos quando em vida” (Silva, 1955: 2).

Por defesa nacional devemos entender *“a actividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos, que visa assegurar a independência e a unidade nacional, preservar a soberania, a integridade e a inviolabilidade do país e garantir o funcionamento normal das instituições e a segurança dos cidadãos contra qualquer ameaça ou agressão armada”* (LPDN: art.º 1.º).



1. Breve caracterização dos grupos étnicos de Moçambique

A República de Moçambique é um país localizado na África Austral. A Norte, faz fronteira com a República Unida da Tanzânia e a Sul situam-se a República da África do Sul e o Reino da Suazilândia. A Este é banhada pelo Oceano Índico e a Oeste limita-se com as Repúblicas do Malawi, da Zâmbia e do Zimbabwe.

A realidade moçambicana não difere da dos outros Estados africanos que estiveram sob dominação colonial, no concernente à artificialidade das fronteiras. A delimitação das fronteiras africanas foi feita em função dos interesses e conflitos entre as potências coloniais, em que os mais fortes fizeram valer a sua vontade. Não respeitaram os limites dos antigos reinos e Estados preexistentes, separando muitos povos que antes viviam na mesma unidade política, havendo, hoje, grupos étnicos e tribais, vivendo em países diferentes.

Porém, importa referir que a artificialidade de fronteiras não é apenas o fenómeno resultante da partilha da África. Mesmo antes da ocupação efectiva, os Estados e reinos pré-coloniais africanos não estabeleceram critérios lógicos e consensuais na fixação de fronteiras. O que aconteceu, em consequência das delimitações pós-Berlim, foi o agravamento dessa artificialidade.

Conquistadas as independências nacionais, cada jovem Estado africano herdou limites fronteiriços dentro dos quais se devia construir a Nação, “*matando a tribo*”, como afirmava, para o caso moçambicano, o Presidente Samora Machel, pelo facto da unidade nacional ter sido a condição fundamental para a libertação da pátria e revelar-se indispensável em quaisquer desafios nacionais.

Para a formação da actual população de Moçambique contribuíram tanto os factores de natureza interna como os de índole externa, dos quais achamos conveniente destacar os seguintes: o povoamento pelas comunidades de caçadores e recolectores, vulgarmente chamados Khoi-khois e sans ou Khoisans, a expansão e fixação de povos de língua bantu, a penetração mercantil asiática, a penetração mercantil europeia, a imigração nguni, colonização portuguesa e outros processos posteriores.

Os khoi-khois e sans foram os primeiros habitantes do espaço geográfico que, mais tarde, se chamou Moçambique. Eram comunidades cujas actividades económicas eram a caça, a recolocção e a pesca. E em função desse tipo de economia, praticavam o nomadismo, já que dependiam totalmente da Natureza.



As suas relações sociais eram efémeras ou descontínuas: baseadas em imediatismos na produção e no consumo. Significando que as pessoas se associavam para grandes empreendimentos de caça de animais de grande porte e, uma vez terminada essa actividade, os grupos se desfaziam.

Provas da existência de comunidades de caçadores e recolectores, no passado, são patentes em vestígios arqueológicos espalhados pelo território moçambicano. Além disso, as práticas tradicionais de caça e de recollecção sobrevivem presentemente na nossa sociedade. É prova da perenidade dos valores culturais ao longo do tempo, passando de geração em geração.

Seguidamente, chegaram a Moçambique os povos de língua bantu, praticantes de agricultura, criação de gado bovino e metalurgia de ferro. Em função deste tipo de actividades económicas, eram povos sedentários. Foram eles que fundaram os primeiros Estados de Moçambique: Estado do Zimbabwe, Estado do Mwenemutapa e os Estados Maraves. A maior parte da população moçambicana é de origem bantu.

Os povos de língua bantu têm marcas profundas na sociedade moçambicana, quer a nível da língua quer da cultura. Se a língua veicula o património cultural comum, a cultura revela esse modo de estar e ser partilhado secularmente, do mesmo modo que ao longo do tempo, os vínculos culturais foram sendo construídos pela história de destino comum. Outro período importante da história de Moçambique é o da penetração mercantil estrangeira. Esta fase, geralmente, costuma ser subdividida obedecendo dois critérios: quanto à proveniência (origem) dos mercadores e em função dos produtos preferidos por eles.

Quanto à origem dos mercadores, a penetração mercantil estrangeira subdivide-se em asiática (árabe-persa, chinesa, indiana e indonésia) e europeia (portuguesa, essencialmente).

No tocante às mercadorias predilectas, a penetração mercantil estrangeira tem as seguintes etapas ou ciclos: do ouro, do marfim, de escravos e de oleaginosas.

A fase de penetração portuguesa pode ser subdividida em período mercantil e fase de colonização.

Na primeira metade do século XIX, na África Austral, ocorreu um período de lutas e fragmentações que ficou conhecido por Mfecane. Em consequência do Mfecane migraram para Moçambique, vindos da Zululândia (África do Sul), os ngunis, fundadores



do Estado de Gaza⁵. O fenómeno Mfecane alastrou-se por quase toda a África Austral, tendo produzido reinos ngunis e destruído/desestruturado os reinos pré-existentes. Foi também um dos factores que concorreu para a destruição dos Prazos da Coroa e a transformação de alguns destes em Estados Militares do Vale do Zambeze.

A penetração mercantil asiática repercutiu-se na criação de entrepostos comerciais e na islamização de povos costeiros da zona norte, principalmente, e uma parte de populações do interior, os Ajawas, realidade também evidente no surgimento de reinos afro-islâmicos nesses espaços geográficos. Estas marcas culturais continuam presentes em vários âmbitos, reflectindo-se até na organização e funcionamento de certas instituições políticas tradicionais moçambicanas nessas zonas.

Além da religião, a influência asiática é notável nos seguintes aspectos: vestuário, arquitectura, culinária, dança, música e canções, arte de marear, construção naval, protocolos matrimoniais, estética, cultura comercial, pesca, crenças e práticas mágicas, ritos de iniciação, higiene geral, plantas alimentares, toponímia e antroponímia, organização sociopolítica tradicional, nas línguas (Mwani, Nahara, Koti, Swahili e Sangage), cerimónias fúnebres, hábitos alimentares, sistema parentesco de simbiose/híbrido, etc.

No tocante à fixação árabe-persa em Moçambique, Rita-Ferreira corrige um equívoco frequente na abordagem desta matéria. Pois, o estabelecimento de árabe-persas em Moçambique não foi feito directamente a partir do continente asiático. A fixação ocorreu, sim, a partir de entrepostos comerciais anteriormente criados por eles nas regiões e ilhas índicas da África Oriental, conforme o autor justifica:

“Ao contrário do que muitos supõem, estes núcleos não precederam directamente da Arábia ou da Pérsia. Descendem, sim, de migrações secundárias, pré-gâmicas, provenientes de outros estabelecimentos costeiros e insulares situados na África Oriental e nos arquipélagos do Oceano Índico, nomeadamente Zanzibar, Quílua e Comores” (Rita-Ferreira, 1982: 297)

A penetração mercantil e colonização portuguesas têm marcas patentes em muitos aspectos, com destaque na língua, na cultura, na divisão e organização político-administrativas e na toponímia e antroponímia. No tocante à antroponímia, os nomes de cidadãos moçambicanos, embora possuindo maioritariamente o apelido bantu, têm geralmente o inicial português (processo de assimilação). O Vale do Zambeze é rico em

⁵ Criado, em Moçambique, por Manicusse ou Sochangana, no século XIX, cujo nome provém do seu antepassado genealógico Munga Gaza (Rita-Ferreira, 1982: 185).



nomes que designam objectos ou coisas em português. São os casos de Canivete, Navalha, Alfinete, Machado, Serrote, Verniz, Parafuso, Mesa, Sabão, sabonete, Tesoura, Viola, Colher, Cebola, Alface, etc.

Evocar estes marcos não é apenas o desejo de fazer uma incursão pelas páginas da história. É um imperativo que se impõe para que a explicação do presente tenha o suporte da História.

Todavia, a população de um país não se constitui apenas a partir de grandes migrações vindas do exterior. Para o caso de Moçambique, outros factores internos também concorreram, antes e depois. As lutas pela conquista de espaços ricos em recursos, a escravatura doméstica, os factores climáticos e pedológicos em determinadas regiões, o desejo de ampliar reinos a custa de territórios alheios, a fuga de pessoas “ (...) *vítimas de ostracismo, conflitos familiares e quaisquer outras circunstâncias adversas como essas terríveis e frequentes acusações de feitiçaria.*” (Rita-Ferreira, 1982: 24), são factores que subsidiaram o povoamento humano de Moçambique.

Rita-Ferreira (1982: *passim*), Baêna (2006: 14) e MQGRM (1967: *passim*) apresentam as populações moçambicanas subdivididas em grupos étnicos a saber: swahili⁶, Macua-lomué, Marave, Shona, Chope, Tsonga, Maconde, Ajaua, Ngunis/Angoni e Povos do Baixo Zambeze.

Por sua vez, estes grupos étnicos estão subdivididos em várias tribos que apresentam especificidades culturais próprias de cada espaço dentro da mesma etnia. Como nos referimos, a artificialidade das fronteiras em África não se manifesta apenas entre países, como também ocorre na divisão administrativa das províncias, distritos, postos administrativos e localidades – herança histórica. Daí que os espaços étnicos e tribais não coincidam com os da divisão administrativa moderna.

É importante esclarecer que as diferentes línguas nacionais faladas em Moçambique têm as designações correspondentes ou aos grupos étnicos ou às tribos.

Seguidamente, passamos a proceder à localização geográfica dos grupos étnicos de Moçambique e sua breve caracterização. Neste procedimento, é importante esclarecer que, ao fazê-lo, não pretendemos afirmar que todos os membros de cada etnia continuam exactamente confinados nos espaços que outrora ocupavam. Vários factores, como o êxodo rural, guerras, calamidades naturais (inundações, secas e ciclones), procura de emprego, casamentos e outras causas, movimentaram e misturaram populações de diferentes origens

⁶ O termo swahili é de origem árabe, e significa costa, litoral. Os swahilis resultaram da fusão das culturas árabe e bantu. Assim, swahili é língua e cultura em alguns países da África Austral e Oriental.



étnicas e tribais, tornando todas as províncias autênticos espaços de misturas e fusões culturais.

Os Macondes localizam-se a norte do país, ocupando essencialmente o planalto de Cabo Delgado. Uma parte dos mesmos encontra-se na República Unida da Tanzânia. É uma população matrilinear e que professa a religião católica, sem descurar as crenças tradicionais.

Os Ajawas ocupam a Província nortenha do Niassa e uma parte desta população vive nas Repúblicas vizinhas do Malawi e Tanzânia. A forte islamização deste grupo étnico pode ter ocorrido no século XVIII, em consequência do declínio do comércio com a Ilha de Moçambique, devido “à obstrução” pelos Macuas da rota caravaneira da Ilha de Moçambique, passando aqueles a realizar directamente o comércio de marfim, escravos e pontas de rinocerontes com Quílua, Zanzibar e Mombaça (Rita-Ferreira, 1982: 155- 156).

Os Swahilis localizam-se na província de Cabo Delgado. Além dos swahilis propriamente ditos, aqueles cuja etnia corresponde à língua por eles falada, existem povos swahilizados, tais como os Mwani (na costa norte de Cabo Delgado), os Nahara (Província de Nampula, nos distritos de Ilha de Moçambique, Nacala, Mossuril), os Sangages (em Mogincual e Angoche) e Kotis (Angoche). Cada um destes grupos étnicos possui uma língua com a mesma designação, produto específico da mistura do árabe com as línguas locais bantu. Professam o islão e o seu sistema de parentesco é híbrido (de simbiose dos dois principais sistemas de parentesco: matrilinear e patrilinear).

Os Macua-lomués⁷ constituem o maior grupo étnico de Moçambique. Encontram-se localizados nas províncias de Nampula, Cabo Delgado, Niassa e Zambézia. Este grupo étnico é matrilinear. No tocante à religião, os Macua-lomués, geralmente, no interior, são maioritariamente cristãos católicos e, no litoral, profundamente islamizados.

Os Maraves⁸ ocupam as províncias de Niassa, Tete e Zambézia. Os mesmos se espalham pelos territórios de países vizinhos, tais como Malawi e Zâmbia.

Os Shonas localizam-se nas províncias de Tete (Tawaras), Sofala (Ndaus), Manica (Tewes, Manyikas, Báruès e Ndaus) e Inhambane (Ndaus). A maioria das populações do grupo étnico shona distribui-se pela República do Zimbabwe.

A etnia chope⁹ habita as províncias de Inhambane (distritos de Inharrime e Zavala) e Gaza (distrito de Manjacaze).

⁷ O termo lomué é aplicável aos Macuas do norte da província da Zambézia.

⁸ A dança Nhau, considerada património da Humanidade pela Unesco, faz parte da cultura dos Maraves.

⁹ A dança Timbila, também declarada património da humanidade pela UNESCO, pertence a cultura chope.



Os Tsongas subdividem-se em Tswas (Inhambane), Changanas¹⁰ (Gaza e Maputo) e Rongas (Maputo).

Os Bitongas constituem um grupo étnico situado na Província de Inhambane, principalmente nos Distritos de Inhambane (incluindo a cidade com o mesmo nome), Maxixe, Morrumbene, Massinga e Jangamo. É um grupo étnico cuja parte da população também sofreu a islamização, em consequência de contactos com os “mouros”, *“termo estereotipado que designava os naturais da Índia Portuguesa professando a religião islâmica”* (Rita-ferreira, 1982: 131).

Os Ngunis estão espalhados, em pequenos núcleos, por várias províncias. Eles acabaram adquirindo línguas e culturas dos locais de imigração, ao mesmo tempo que introduziram os seus valores culturais nos locais de fixação.

Tendo em conta que o Estado de Gaza se estendia do Sul de Moçambique ao rio Zambeze, a presença de descendentes de Ngunis é também notória tanto em Sofala como em Manica. E porque a migração nguni para Moçambique não foi feita apenas por grupo liderado por Sochangana, também existem populações de origem nguni nas províncias de Tete, Nampula, Cabo delgado e Niassa. Além da África do Sul, existem povos ngunis/zulus ou desta origem nas Repúblicas do Malawi, Zimbabwe, Zâmbia e Tanzânia e nos Reinos de Suazilândia e Lesoto.

Falar de povos do Baixo Zambeze, no território moçambicano, é referir-se, segundo Rita-Ferreira (1982), aos grupos étnicos resultantes da instituição dos Prazos da Coroa pelos portugueses. São eles, os Nhungues (Província de Tete), Senas (Tete, Sofala, Manica e Zambézia), Tongas¹¹, Chicundas¹², Chuabos (Zambézia), Mahindos (Zambézia), Podzos (subgrupo Sena, em Sofala, Tete e Zambézia) e Pimbwes (Sofala). Estes povos encontram-se essencialmente na região onde ocorreu uma intensa miscigenação racial e cultural. Os Prazos da Coroa, estabelecidos no Vale do Zambeze por portugueses, geralmente goeses, na sua maioria prisioneiros de delito comum, desertores do exército e outros, foram uma sobreposição de dois modos de produção: o pré-existente na região e o trazido pelos portugueses, sendo este o reflexo do modo de produção feudal que vigorava na Europa.

¹⁰ Antes, o termo Changana era aplicável a todos os súbditos de Sochangane ou Manicusse, fundador do Estado de Gaza. Todos os povos submetidos por esse imperador eram designados wachangana. Hoje, changana refere-se a uma tribo da etnia Tsonga que ocupa a Província de Gaza, parte de Maputo e África do Sul.

¹¹ Rita-Ferreira (1982:79) afirma que um grupo Tonga, “destribalizado” e absorvido pela sociedade prazeira, participou na formação dos Nhunguês, Senas e Chicundas.

¹² Para Allen Isaacman, Chicundas são descendentes de “escravos-guerreiros pertencentes aos Senhores dos Prazos da Coroa, que se estendiam do Zumbo ao Índico. O nome deriva do verbo chona-karanga Kunkunda, vencer” (Rita-Ferreira, 1982 : 256)



A miscigenação, no Vale do Zambeze, em consequência da implantação dos Prazos, além de ter ocorrido entre negros e brancos, também envolveu populações de diferentes etnias, por vários factores, de entre os quais podemos destacar a escravatura, a conquista e a dominação de outros povos, quer pelos prazeiros, através dos seus guerreiros, achicundas, quer pelos reinos africanos fora da jurisdição prazeira.

Os Prazos eram obtidos por seguintes vias: conquista, compra, atribuição (por um chefe africano) e sucessão.

No Vale do Zambeze moldaram-se sociedades de azungu (brancos), quer vindos da Índia (Goa) quer dos seus descendentes mulatos, resultantes do cruzamento de brancos com as negras, facto catalisado pela escassez de mulheres brancas, devido à inospitalidade do Vale do Zambeze (clima e doenças tropicais). Mesmo com a decisão da Coroa Portuguesa para que a sucessão, no Prazo, ocorresse por via feminina, para estimular ida de mulheres brancas, a situação não se alterou. A escassez da mulher branca continuou sendo uma realidade até ao declínio dos Prazos e a transformação de alguns em Estados Militares do Vale do Zambeze¹³.

Longe da sua terra e vivendo no meio africano, os europeus e goeses africanizaram-se culturalmente, passando a seguir usos e costumes dos negros, ao mesmo tempo que, subsidiavam àqueles em outros elementos culturais.

Em Moçambique, o português é a língua oficial (CRM: art.º 9.º) e as línguas nacionais, “*como veiculares da nossa identidade*”, são valorizadas pelo Estado, promovendo-se o seu desenvolvimento e uso, pois, elas são consideradas “património cultural e educacional” (Idem).

Do ponto de vista de parentesco, “*o Zambeze no seu baixo curso separa populações matrilineares a Norte, de patrilineares a Sul, não se incluindo aqui os híbridos dos Povos do Baixo Zambeze*” (Garcia, 2003:250). São matrilineares os macondes, ajauas, macua-lomué e cewa-nyanjas. Os shonas, tsongas, bitongas e chopes são patrilineares. Os povos do Baixo Zambeze (senas, nyungues, nsengas, podzos, mahindos, tongas, pimbues e chuabos) são híbridos ou de simbiose de influências patrilinear e matrilinear, acontecendo o mesmo com os suahilis e os suhilizados.

As características principais do sistema de parentesco matrilinear são as seguintes:

- A descendência é por via materna ou uterina. São apenas as mães que transmitem a descendência;

¹³ Também são designados Super-Prazos, Estados Muzungus, Estados de Conquistas e Estados Secundários.



- A compensação matrimonial não existe, embora se saiba que todo o homem acaba compensando aos sogros de diferentes formas e níveis, em qualquer sistema de parentesco, ao longo do tempo em que dura o casamento;
- A residência matrimonial é uxorilocal, isto é, o novo casal “*se fixa junto do grupo da mulher.*” (Bernardi, 2007: 310). Assim, o homem é obrigado a ir construir a sua casa no território dos familiares da mulher;
- Nestas sociedades, vigora o avunculato: o tio materno (irmão da mãe) exerce maior autoridade sobre os sobrinhos. Este poder é muito maior e, além de outros âmbitos, abrange os aspectos sociais, jurídicos, educativos e religiosos. Na prática, o tio materno é o mais respeitado pelos sobrinhos. Ele é o maior encarregado de educação, juiz e responsável pelos aspectos religiosos referentes aos filhos da sua irmã, os sobrinhos;
- Quanto à sucessão, o poder passa do tio materno para o sobrinho, geralmente, o filho da irmã mais velha;
- O levirato não é frequente nos povos matrilineares. Mas, em caso de necessidade, o primo materno herda a esposa do falecido;
- O sororato é raro. Todavia, em caso de se achar necessário e consensual, a prima materna fica esposa do viúvo.

As características essenciais do sistema de parentesco patrilinear são as seguintes:

- A descendência é por via paterna ou agnática. Isto significa que são apenas os homens que transmitem a descendência;
- Está instituída a compensação matrimonial, pela qual o noivo faz “*o pagamento de bens económicos em relação ao casamento, segundo normas consuetudinárias...*” (Bernardi, 2007: 308). Os pormenores formais concretos desta prática variam dentro do mesmo grupo étnico, tribo, clã e mesmo a nível de famílias. A residência matrimonial é virilocal, pois, “*os esposos se estabelecem perto do grupo de parentesco do marido*” (Bernardi, 2007: 310). Também é um dos fundamentos justificativos da compensação matrimonial;
- A autoridade sobre os filhos é exercida pelo pai. Em caso de morte deste, os filhos órfãos ficam sob a autoridade dos irmãos do defunto. Sem compensação matrimonial, o genro não tem autoridade social e religiosa sobre os filhos gerados, passando esta para o sogro (pai da esposa). Em caso



do sogro já não estar vivo, a autoridade sobre estes filhos, resultantes dum casamento sem compensação, é exercida pelo tio paterno da mulher (irmão do sogro) ou por cunhado (irmão da esposa);

- Nas sociedades patrilineares, tem lugar o levirato, uma das formas de matrimónio secundário, para assegurar a descendência a um defunto. Assim, *“o irmão do morto tem o direito, que é também um dever, de tomar a viúva por mulher; o filho que dela tiver será, para todos os efeitos do ‘pai’ defunto¹⁴; o irmão do defunto é só genitor”* (Bernardi, 2007: 311);
- Na actualidade, o levirato está ficando em desuso, por diferentes razões: facilidade de propagação de HIV-SIDA, oportunismo de alguns homens para se apoderarem dos bens deixados pelo defunto, prejudicando tanto a (s) viúva (s) como os órfãos, e a política de emancipação da mulher que data do período da luta pela conquista da Independência Nacional;
- Mesmo não havendo o levirato na verdadeira acepção, a viúva fica livre, todavia, indica-se um familiar do defunto (irmão ou irmã, primo ou prima paternos) para velar pelo lar do ente querido falecido, em alguns aspectos religiosos, sociais e jurídicos tradicionais. Porque os familiares do defunto têm alguma responsabilidade em relação aos filhos por este deixados. No meio urbano, o levirato já não é praticado. Se ocorre, não tem forte visibilidade.
- Também em fase de erosão profunda, se encontra o sororato, igualmente variante de matrimónio secundário, pelo qual o viúvo é obrigado a casar com uma das irmãs da falecida mulher¹⁵ (Revière, 2010: 73).

Nos grupos étnicos de hibridismo, ou de simbiose das duas influências, os aspectos matrilineares e patrilineares coexistem. Significa que ocorrem práticas características de ambos os sistemas de parentesco. Adiantam-se como factores condicionantes da referida simbiose, a islamização, o comércio, a migração e a escravatura, que teriam provocado o tal sincretismo cultural. Por exemplo, no litoral da Província de Nampula existe a prática de compensação matrimonial, conhecida por **mahari**.

¹⁴ Ser sexualmente impotente é também ser defunto. Há casos em que um membro da família pode “entrar no lar” do impotente para garantir a procriação.

¹⁵ Ser mulher infértil é como ser uma defunta, da mesma forma que a impotência sexual masculina é também morte. Assim, há casos em que a irmã dela ou sobrinha (filha do irmão), na base de um acordo familiar, pode garantir a maternidade. Isto visa evitar que, em caso do casamento do viúvo com outra mulher não parente da falecida, os filhos órfãos sejam maltratados pela madrasta. Daí a opção pela variante tia (irmã da mãe), que também é “mãe”, culturalmente.



No campo da educação, além da moderna, na sociedade moçambicana, é valorizada a educação tradicional, que desempenha uma tripla integração: integração individual, integração social e integração cultural, sendo esta a que insere a pessoa na cultura da sociedade a que pertence.

Em função das especificidades locais, funciona em todo o espaço nacional a autoridade tradicional, legitimada pelas comunidades, de acordo com o direito costumeiro, e reconhecida e valorizada pelo Estado, cuja finalidade é permitir a participação das populações na vida económica, social e cultural do país, em estreita observância da lei em vigor no país (CRM, 2007: artº 118.º n.ºs 1 e 2).

No concernente às crenças, em Moçambique praticam-se diversas religiões, destacando-se as tradicionais africanas, cristã (católica e protestante) e islâmica. Nas religiões tradicionais, os cultos de maior expressão estão ligados aos *“antepassados, o zoolátrico, o totémico e a demonolatria. No entanto, a principal crença é a ancestralia ou adoração dos manes”* (Garcia, 2003: 258).

Mesmo os que, por opção a uma das religiões monoteístas, se distanciam das tradicionais, ou as negligenciam momentânea ou longamente, em caso de crise, *“regressam às origens”*, visto que *“mesmo os católicos e muçulmanos conservam práticas e superstições da sua crença ancestral.”* (MQGRM, 1967: 7). Como entender este facto? É uma questão de segurança individual: os homens preferem o passado, quando o presente não consola. É nas crises que se confirma o nível de estabilidade e validade das opções tomadas anteriormente.

As identidades étnicas e culturais não são estáticas. O músico do conjunto Ghoruane, Roberto Chitsonzo, reconhecendo os diversos cruzamentos inter-étnicos e inter-raciais ao longo da história e a diversidade religiosa moçambicana, considera o cidadão moçambicano um *“filho de muitas águas, correndo em muitos canos”*, num país cujo povo é constituído por negros, brancos, indianos e mulatos.

Síntese conclusiva

A República de Moçambique é um país multiétnico. Cada grupo étnico está ramificado em tribos. De um modo geral, as etnias e as tribos ocupam espaços concretos, mas sem serem estanques, possuindo línguas e culturas específicas.

As características de cada grupo étnico foram se moldando ao longo do tempo, condicionadas por uma diversidade de factores de vária ordem, dos quais se destacam os de natureza histórica, geográfica, económica e política.



Embora existindo características próprias de cada etnia, a maioria do povo moçambicano é de origem bantu. E porque um povo está em constante reelaboração, nunca é um produto acabado, fazem parte do povo moçambicano cidadãos de diversas ascendências, africana, asiática e europeia, como resultado da penetração mercantil, colonização e fixação de seus ancestrais, no passado, em Moçambique.

Hoje, não se pode falar em pureza étnica nem tribal, porque ocorre diariamente o processo de mestiçagem, em que pessoas se juntam pelo matrimónio, pela migração, pela religião e pelos espaços residencial e profissional, sem descurar a grande influência que a integração regional e a globalização exercem sobre o país. Na prática, novas identidades estão sendo elaboradas ininterruptamente.



2. Diversidade cultural, unidade nacional e coesão das Forças Armadas de Defesa de Moçambique

Ficou confirmado, no capítulo anterior, que Moçambique é um país multiétnico e, conseqüentemente, de diversidade cultural. Esta realidade não é considerada factor de desunião entre os cidadãos, pelo contrário, é um elemento enriquecedor, cimentador da coesão social, isto é, de unidade nacional. Significa que a existência de muitos grupos étnicos não é contrária à constituição de uma nação.

Há tendência de considerar os processos africanos de construção de nações como infrutíferos. Esta ideia parte do facto de Estados africanos serem de diversidade étnica. Mesmo aqueles que falam da homogeneidade cultural dos seus Estados, a retórica é desmentida pela realidade, pois, há sempre alguma tonalidade de especificidades aqui e acolá.

Na formação das nações, a prática mostra que cada povo segue um percurso condicionado pela sua própria História e cultura. A vida nos ensina que os processos sociais não se fazem a régua e esquadro. “*Não raras vezes se confunde o carácter contínuo da História com linearidade*” (Mazula, 1995: 132). Não havendo processos históricos iguais, é justo que a formação de nações também não seja uniforme.

Enquanto alguns países formaram Estados a partir da Nação, em África, os países que se libertaram da dominação colonial seguem o processo inverso. Em consequência das independências nasceram os jovens Estados que iniciaram o processo longo e gradual de construção da nação.

O facto dos Estados africanos estarem ainda, hoje, a construir as nações não deve inibi-los de o fazer. Nem devem ser dados receitas. Porque, em atletismo, não se agrupam na mesma classificação as pessoas que arrancam em tempos diferentes. Mesmo assim, como diz o provérbio macua, “*ficar atrás não é negar viagem*”.

É verdade que o Estado não é sinónimo de nação. A nação não equivale ao espaço territorial de um país. O simples facto de existirem pessoas ocupando um território não confere automaticamente o estatuto de pertença a uma nação. Um povo forma nação quando tiver “*vivido a mesma vida comunitária durante tempos, possua uma história de glórias que tenham feito vibrar, quer na alegria, quer no sofrimento, a sua alma, trazendo-lhe aspirações e esperanças*” (Páscoa apud Silva, 1955:3). E Moçambique reúne estes requisitos. A longa caminhada de construção da nação começou na gesta libertadora.

Ao longo da sua história, os moçambicanos realizaram desafios que os tornaram um único povo. Os grandes momentos de coesão em torno de objectivos comuns estão



relacionados com a conquista da independência nacional, a defesa da pátria e os desafios que se erguem na actual fase e os que aparecerão no futuro.

Do conjunto de factores formadores da Nação, Aresta, apud Silva (1955:3), destaca os de natureza espiritual que “*constituem os fundamentos morais das nacionalidades e dão coesão ao que pode chamar-se a consciência nacional*”.

Uma nação se forma e perdura pela consciência dos seus cidadãos, pela unidade nacional, sendo esta a coesão de todos os cidadãos de um país em torno de agenda comum, de objectivos que constituem o interesse nacional, independentemente da etnia, tribo, religião, filiação política, posição social, sexo e raça. É a aglutinação de diversas tendências nacionais na vontade comum, subordinando os interesses particulares aos interesses nacionais. Quando falamos de interesses nacionais referimo-nos àqueles que “*estão ligados ao que o Estado pretende salvaguardar, numa hierarquia que se liga aos objectivos nacionais que se programam atingir, de modo a configurarem as aspirações nacionais*” (Nogueira, 2005: 31).

A unidade nacional tem raízes na cultura moçambicana. É frequente, principalmente no tempo de dificuldades, ouvirmos dizer que “**uma perna (sozinha), não dança coisas bonitas**”,¹⁶ replicando-se com outro adágio popular de que “**um polegar (isolado) não mata piolho**”¹⁷. Estas maneiras de filosofar resultaram da aprendizagem histórica de que acções isoladas nunca conduzem ao sucesso.

Quem fala da diversidade não deve, de forma alguma, esquecer-se da identidade. Quando se fala da globalização não se deve esquecer do local e do regional. Existem aspectos específicos de cada região, que particularizam as comunidades. São as identidades.

O cidadão moçambicano é um misto de identidades, podendo-se referir às que estão relacionadas à tribo, etnia, nação, religião, profissão, clube, etc. Por isso, se justifique afirmar-se que, “*em termos práticos, o individuo transporta consigo um sem número de identidades sociais em simultâneo, pertence a diversas categorias ao mesmo tempo, identidades essas que são ‘activadas’ de acordo com os contextos sociais*” (Vaz, 2005: 31). As identidades são metamorfoses do ser em função das situações concretas do tempo e do espaço. Cada identidade é um útero fértil, pronto para fecundação de novas identidades.

As identidades de uns são equilibradas pelas diferenças dos outros. As diferenças são outras formas de identidades. O desafio consiste em conviver com o diferente.

¹⁶ Provérbio changana.

¹⁷ Provérbio shona.



Para Martins, *“num tempo e num mundo em que as fronteiras se esbatem e em que a mundialização está na ordem do dia, as identidades nacionais não devem ser esquecidas ou menosprezadas nem sobrevalorizadas. A pluralidade de pertença é uma realidade que tem de ser assumida com todas as suas consequências, para que os fantasmas das identidades absolutas não se manifestem por ressentimento contra a ilusão da harmonização ou da diferença.”* (Martins, 2007: 11)

A riqueza da diversidade cultural reside no reconhecimento de que *“ a identidade nacional convive com um sem número de identidades sociais”* (Vaz, 2005: 121). Do mesmo modo que uma parte do corpo humano reconhece a sua singularidade, não dispensa os outros órgãos, porque as diferenças completam e equilibram o conjunto.

Quando as identidades são combatidas, elas resistem ou fingem que não existem, passando à clandestinidade, aguardando pelo momento adequado para o seu ressurgimento, porque, como sabiamente se diz na tradição bambara, do Mali, *“ um tronco pode ficar na água por longo tempo, mas não se transforma em crocodilo”* (Cabaço, 2010: 110).

Conscientes da necessidade de preservar o que nos distingue dos outros, importa referir que manter algo identitário que colida com o nacional e universal é uma atitude retrógrada. Por isso, em Moçambique, admitimos a existência e a emergência de identidades, salvaguardando o comum nacional. Para o escritor Mia Couto, o denominador comum do nosso país é a moçambicanidade aberta a diversidade de identidades.

“ De um modo geral, para todos nós, a primeira coisa da nossa identidade é ainda sermos moçambicanos. Hoje em dia, porém, outras formas de pertença estão-se esboçando. Para muitos de nós estão nascendo outras primeiras identidades. Pode ser uma identidade racial, tribal, religiosa. Esse sentimento de pertença pode colidir com isso que chamamos de moçambicanidade. (...) Podemos ser diversas coisas. O erro é quando queremos ser apenas uma. O erro é quando queremos negar que somos diversas coisas ao mesmo tempo. A verdade é que não há ninguém que seja ‘puro’. A nossa espécie humana é toda ela feita de mestiçagens. Há milhões de anos que nos andamos cruzando, trocando genes, traficando valores. Não há nesta sala ninguém que não possua uma identidade múltipla e plural. As identidades são como os dedos das mãos” (Couto apud Silva, 2010: 12).

Os diversos cidadãos que afluem às FADM são portadores de múltiplas identidades das suas zonas de origem e estas qualidades, moldadas nos valores de amar e servir a pátria, garantem a coesão, condição importantíssima para o desempenho da função militar. No treino, na marcha, na preparação combativa, no refeitório, na limpeza, na prática



desportiva, na música, na dança, no combate e no contacto com o povo, os valores culturais do país se interpenetram. Cada militar ganha a maior identidade: a moçambicanidade. Ele compreende que o seu local de origem é parte indissociável do maior conjunto que é a Nação Moçambicana.

Na primeira aula de sapiência da Academia Militar “Marechal Samora Machel”, o Presidente da República e Comandante-Chefe das FADM, Armando Guebuza venceu o carácter privilegiado do ambiente militar na preparação do cidadão dotado de unidade nacional, ao afirmar o seguinte:

“A vida militar cria óptimas condições para a promoção da Unidade Nacional, mas a luta individual de cada militar, através do seu cometimento firme e sem desfalecimentos, para aceitar a mudança de atitude e comportamento perante a nova realidade e os novos desafios é crucial para a aquisição deste valor.” (Guebuza, 2005: 6)

Ao mesmo que o militar encontra nas FADM as condições necessárias para a aquisição de valores positivos, o Chefe do Estado alerta para o facto desse processo não ser automático, isto é, ocorrer por si só, visto ser um exercício que exige o engajamento de cada militar na sua própria transformação, com ajuda do colectivo em que está inserido.

Síntese conclusiva

A diversidade cultural da República de Moçambique não põe em perigo a unidade nacional. Esse mosaico cultural é benéfico, enriquecedor e cimenta a coesão dos cidadãos, independentemente das várias identidades que o conjunto nacional comporta.

Os membros das FADM, ao trazerem das suas zonas de origem os diversos valores culturais, insuflam na instituição militar as sinergias fortificantes, reforçam a consciência de pertencerem ao mesmo país e povo, ganham a dimensão patriótica, garantindo a coesão tanto dos militares como da sociedade em geral.

Cada militar encontra nos colegas provenientes de diferentes regiões do país, compatriotas engajados na finalidade comum de defender a pátria, realização apenas possível graças à coesão, imortalizando, assim, a epopeia dos que compreenderam o valor da unidade nacional e a instituíram como parte integrante e indissociável da nossa cultura de moçambicanidade.

Deste modo, ficam confirmadas as H1 (a diversidade cultural de Moçambique permite reforçar a unidade nacional) e H2 (a diversidade das origens dos membros das FADM ajuda a garantir a coesão da instituição militar).



3. Necessidade da integração dos valores culturais tradicionais com os da modernidade

Qualquer sociedade sobrevive pela capacidade de se adaptar às novas realidades, trazidas pela marcha natural do processo histórico, desde que a mudança não elimine o essencial dos fundamentos da vida em comunidade. A própria Humanidade continua pela sua capacidade de se adequar constantemente aos desafios de cada tempo, já que a lógica da vida nos ensina que cada vento com a sua tosse e cada tosse com a sua terapia.

A substituição de valores culturais é um processo difícil. Ela não ocorre sem resistência. Gustave Le Bon reconhece a necessidade da tradição nas sociedades, ao mesmo tempo que apela o estabelecimento do equilíbrio entre o que permanece e o que muda, ao afirmar o seguinte:

“Sem tradições, não há civilização; sem a destruição das tradições não há progresso. A dificuldade está em encontrar o justo equilíbrio da estabilidade e da variabilidade e esta dificuldade, devemos confessá-lo, é imensa.” (Le Bon, [1909]: 62)

Pensamos que as tradições devem ser transmitidas às novas gerações por seguintes razões: elas alicerçam/asseguram a vida em comunidade e nenhum homem dura eternidade. Mas a morte de uns, porque já viveram o seu tempo, não anula a continuidade da vida. Assim sendo, quem já caminhou não deve esconder o caminho. Porque depois dele a longa estrada da vida continua. As diferentes gerações prosseguirão, corrigindo algumas formas de caminhar. Porém, corrigir, adequar e adoptar diferem grandemente da invenção de tudo e da estagnação.

As ideias surgem espicaçadas pela necessidade, dominam, duram e resistem nas sociedades ao longo do tempo. Daí que seja justo afirmar-se que *“as ideias são filhas do passado, mães do futuro, eternas escravas do tempo.”* (Le Bon, [1909]: 64), Elas, mesmo já desactualizadas, continuam a ser seguidas. Morrem muito lentamente e não por decreto. Mas por consciencialização das pessoas. Um desafio de todos.

Uma das características da cultura é sua selectividade. A cultura é selectiva porque tem os valores permanentes, valores novos (integrados) e valores relegados.

Os valores permanentes são chamados tradição. Porém, continuar não é existir em forma de fotocópia. Algo deve mudar, variando o grau de profundidade da mudança. Por exemplo, desde os seus primórdios, as FFAA de qualquer Estado sempre estiveram dotadas de equipamento militar. O que varia é o tipo e a qualidade de equipamento, em função da



revolução técnico-científica operada em cada fase da História e em consonância com o progresso da Ciência e Arte Militares.

Aqueles aspectos que deixaram de ser usuais na cultura dos povos chamam-se valores relegados. Por exemplo, na guerra moderna já não se usam arcos, flechas e zagaias, por causa do desenvolvimento operado na ciência e tecnologia militares. Mas, ser-se verdadeiramente adulto não é esquecer-se da infância. Por isso se aprende a História Militar, para compreender o presente e, de forma segura, construir o futuro.

Os novos elementos culturais que passam a fazer parte do património de um povo recebem o nome de valores novos ou integrados. Há bem pouco tempo, as tecnologias de informação e comunicação não faziam parte da cultura dos povos. Hoje, a aderência a esses meios é inigualável e a circulação da informação tem uma velocidade impressionante.

Quando se pretende seguir novos caminhos, em novos contextos, um dos dilemas que as sociedades enfrentam é a coexistência do binómio tradição e modernidade. Há pessoas que pensam que as duas realidades não podem coexistir. Ora alegando-se que o abandono à tradição elimina a identidade, ora defendendo-se que permanecer na tradição é negar o progresso.

Mas a tradição e a modernidade necessitam-se mutuamente. Tanto uma como outra podem fracassar, se não houver o justo equilíbrio. Isto significa que qualquer mudança não cuidadosamente preparada ou uma transição forçada produz maus resultados. A tradição e a modernidade, quando bem doseadas, constituem alavancas poderosas do desenvolvimento. Na relação com estas duas realidades devemos ter algumas cautelas, como nos aconselha Mia Couto:

“ É preciso fazer um bocadinho o caminho com duas pernas: tem que ter um pé na tradição e outro na modernidade. Só assim chega a um retrato capaz de respeitar as dinâmicas e as relações complexas do corpo moçambicano. A chamada ‘identidade moçambicana’ só existe na sua própria construção. Ela nasce do entrosamento, de trocas e destrocas” (Couto apud Maquéa, 2010: 208).

Se a cultura é a resposta concreta dada a determinados desafios da vida, importa saber que nem os problemas nem as soluções duram eternamente, daí que os valores culturais não se perpetuem, porque a vida não tem fórmulas acabadas. Em cada fase, os homens buscam respostas para as diferentes questões que desafiam o seu modo de vida, em função dos seus objectivos. Trata-se de decidir entre soluções novas para novos problemas e respostas antigas para desafios modernos.



A tradição sem modernidade, isto é, sem injeção de novos valores consentâneos com os novos tempos, é uma estagnação. É a perpetuação de realidades decadentes.

Por sua vez, a modernidade desprovida da tradição é como um edifício que se pretende duradouro, mas sem alicerces seguros. Os destinos seguros são aqueles que se enraízam no ponto de partida. Por isso se acredita que a tradição e o desenvolvimento podem caminhar de mãos dadas¹⁸. Este caminhar de mãos dadas não é sinónimo da ausência de conflitos entre ambos. É apenas compreender que uma transição é como um parto: é doloroso.

“Os valores comuns não são imutáveis, estão sempre ligeiramente em mudança, mas vão acompanhando a tradição filosófica, política e cultural ao longo dos tempos. Tudo isto vai criando novos valores morais e éticos que duram muito tempo. Não há valores definitivos, nem pode haver.” (Barreto, 2009: 2).

Na cultura nacional existem aspectos culturais negativos, tais como parasitismo familiar, o egoísmo, a discriminação da mulher, a falta de pontualidade, violência doméstica contra a mulher e o homem, a falta de auto-estima, o burocratismo, queimadas descontroladas, casamentos prematuros, permanecer em zonas propícias às inundações cíclicas e outros modos de vida que são prejudiciais, que devem ser abandonados.

Síntese conclusiva

Na vida, deve existir o justo equilíbrio entre aquilo que se herda e o que deve ser inovado, porque a existência humana não é um simples amontoado de repetições. Do mesmo modo que nos preocupamos em conhecer e valorizar o nosso passado e as tradições a que fomos legados pelos nossos antepassados, devemos fazer o esforço de adequar a nossa vida às exigências de cada fase.

Quando as sociedades seguem dogmaticamente as práticas antigas, apenas porque pertenceram às gerações anteriores, ocorre estagnação e, conseqüentemente, ninguém mais estima o património cultural desactualizado.

Da mesma forma que as sociedades defendem os valores tradicionais “numa linha de continuidade evolutiva”, importa estarmos conscientes de que *“em certas ocasiões, a adaptação é a única via para a sobrevivência”* (Vaz, 1992: 143).

As novas gerações devem ser educadas nos valores culturais que ainda se adequam ao desenvolvimento da sociedade e à dinâmica da inserção do país no mundo global.

¹⁸ Modernidade sem tradição fracassa e a tradição sem modernidade estagna a sociedade.



Os valores culturais tradicionais positivos devem ser integrados na modernidade, da mesma forma que os elementos da modernidade, úteis, devem ser introduzidos na sociedade moçambicana, importando que ambos estabeleçam um diálogo desprovido de complexo e de fundamentalismo de qualquer espécie.

A família, a escola e outros agentes de socialização devem contribuir para que o convívio salutar e as permutas recíprocas, entre a tradição e a modernidade, sejam uma realidade.

Para o caso das FADM, a educação cívico-patriótica deve ser reforçada, ao mesmo tempo que se torna importante o aumento da escolaridade, a preparação combativa contínua, a prática da Logística de Produção, a manutenção e conservação do património militar, o saneamento do meio, a assiduidade e a pontualidade, entre outros valores.

Assim se consideram confirmadas as H3 (a cultura nacional deve integrar os valores positivos da tradição mas também os da modernidade) e H4 (nem todos os valores culturais nacionais são positivos tanto para a sociedade em geral como para as FADM).



4. Processo de integração e desenvolvimento das Forças Armadas de Defesa de Moçambique

"Uma instituição é como uma canção; não é formada por sons individuais, mas pelas relações entre eles."

Peter Drucker

As FADM mergulham as suas raízes nas Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), braço armado da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), resultantes dos primeiros guerrilheiros treinados nos anos de 1963 e 1964 e demais compatriotas engajados na epopeia da conquista da independência nacional.

Proclamada a independência nacional, em 25 de Junho de 1975, a direcção do Estado tomou a decisão de conversão das FPLM em forças regulares, para a defesa da jovem República que acabava de nascer.

Sem situar uma decisão política no seu contexto histórico, a compreensão do passado torna-se não só anémica como deturpada. A conjuntura nacional, regional e internacional de então era a seguinte: o país acabava de ascender à independência; na África Austral ainda existia o colonialismo na Rodésia do Sul (actual Zimbabwe) e Namíbia e apartheid na África do Sul e, nestes países, ainda sob dominação colonial e segregação racial, os nacionalistas desenvolviam as lutas de libertação nacionais.

Conquistar a independência nacional e não criar FFAA para a sua defesa é uma ingenuidade de quem se ilude na pretensa santidade da espécie humana.

Sem FFAA, Moçambique não teria sobrevivido como Estado, numa África Austral conturbada e num contexto de guerra fria, aliado ao facto de ter proclamado a necessidade de, uma vez conseguida a libertação nacional, completá-la pela emancipação social, optando pelo regime socialista, numa concepção filosófica de que a libertação nacional devia ser completada pela libertação social.

O regime racista e colonial da Rodésia do Sul atacava o jovem Estado moçambicano, atitude iniciada antes da proclamação da independência, quando tropas rodesianas penetravam em Moçambique e se envolviam em ataques aos combatentes da FRELIMO.

A Rodésia do Sul e a África do Sul apoiavam os opositores dos governos que acabavam de ser estabelecidos nos jovens Estados independentes de Moçambique e Angola. Não eram somente a Rodésia e a África do Sul que estavam interessados em



“depenar os pintainhos”. Era uma conjugação/concertação de esforços. Logo ao nascer, Angola e Moçambique foram considerados cogumelos que, a curto prazo, secariam e, seguidamente, sujeitar-se-iam à lei da putrefacção.

Na sua política externa, Moçambique defendia o princípio de solidariedade para com as lutas dos povos oprimidos de todo o mundo, pela sua libertação nacional e social, especialmente na África Austral, seguindo a tradição africana de que *“quando a barba do teu vizinho estiver a arder, em vez de pores a tua de molho, deves ajudá-lo na extinção do fogo”*, porque as desgraças da vida obedecem a lógica da rotatividade. Foi com base neste princípio que os Estados da Linha da Frente (LF)¹⁹ preconizaram a necessidade do à libertação total da África Austral.

Foi, essencialmente, no quadro do cenário interno e externo acima referido que iniciou o processo de conversão das FPLM em FAM (Forças Armadas de Moçambique), um processo complexo e que exigiu muito patriotismo de todos, tendo a juventude, mais uma vez, sacrificado projectos pessoais a favor do imperativo da época: a defesa da Pátria, cumprindo o Serviço Militar Obrigatório (SMO).

Acerca da adesão dos cidadãos ao chamamento da Pátria, na sua parte preambular, a Lei 4/78, Lei do Serviço Militar Obrigatório (LSMO), explicava de seguinte modo:

“A Independência de Moçambique, fruto de sacrifícios consentidos pelos seus heróicos filhos, trouxe a todos os moçambicanos a dignidade humana, a personalidade própria e o sentido de pertencer a uma Nação organizada em Estado Soberano. Este é património comum e orgulho de todos os moçambicanos. Precisamente porque é comum, a defesa desse património surge como dever sagrado e honra para todos os moçambicanos” (LSMO:1978).

A esta nova geração de militares coube, assim, lado a lado com os combatentes da luta de libertação nacional, a patriótica missão de defesa e preservação da independência de Moçambique, contra as agressões externas, movidas pelos vizinhos hostis, e ameaças internas, resultantes da guerra que assolou o país durante 16 anos. O empenho desta juventude permanecerá em parangonas da História, porque a Pátria está imensamente grata.

Finda a guerra de 16 anos, e em consequência da implementação do Acordo Geral de Paz (AGP), assinado pelo governo e pela RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), a 4 de Outubro de 1992, em Roma, realizou-se a fusão de militares dos

¹⁹ Países independentes da África Austral (Angola, Botswana, Moçambique, Zâmbia e Tanzânia) que apoiavam a libertação da região: Zimbabwe e Namíbia, já independentes, entraram na organização. A missão da LF terminou com a queda do apartheid.



dois beligerantes, formando-se, deste modo, novas FFAA designadas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM).

O AGP foi assinado numa fase em que, na África Austral, já não existia nem o colonialismo nem o apartheid. E o mundo já havia deixado de ser bipolar, já não se vivia o clima de guerra fria, em consequência do desmoronamento do campo socialista.

Actualmente, uma das questões que alguns cidadãos moçambicanos colocam relaciona-se com as razões da existência do Serviço Militar (SM) em tempo de paz.

É uma forma muito perigosa de se distraírem, visto que *“não é porque se vive em regime de paz que nada deve ser feito para preservar a existência da comunidade nacional”* (Renauld, 1992: 138). É extremamente importante o estudo da nossa história, para compreendermos as diferentes fases pelas quais passámos, para o enriquecimento da qualidade das nossas reflexões em assuntos da Defesa Nacional.

Independentemente do saneamento do clima regional e internacional, as FFAA são indispensáveis e aos cidadãos se exige o dever de defender a pátria, conforme o estabelecido na Constituição da República de Moçambique:

“A participação na defesa da independência nacional, soberania e integridade territorial são dever sagrado e honra para todos os moçambicanos” (CRM, 2007: artº 267.º n.º 1)

Se a independência nacional é o legado das gerações passadas, a sua preservação é uma “dívida de honra”. Como cidadãos, temos uma relação de estima e amor para com a terra que herdámos dos nossos antepassados, local onde vivemos e que deveremos deixar aos nossos descendentes.

Por a terra ser uma herança transmitida pelos mortos, nós, moçambicanos, temos para com ela uma relação de sacralidade. É a terra onde estão sepultados os nossos antepassados, incluindo aqueles que conquistaram a independência e a defenderam. É a nossa pátria.

Por ser nossa pátria, tem importância no presente e no futuro, porque ela *“ é a garantia de continuidade e deve ser conservada para os nascituros. À continuidade da terra corresponde a continuidade da comunidade.”* (Bernardi, 2007: 80).

Ter uma terra a que não defendemos, é como plantar uma árvore para, em seguida, deixá-la secar. É desprezar as obras e os sacrifícios das gerações que nos antecederam. É perder o sentido de História. É um acto anti-patriótico.

Depois do AGP, o governo decidiu, nos seus planos de desenvolvimento, dar prioridade aos sectores sociais (saúde e educação) e económicos. Esta prioridade de



desenvolvimento se fundamentou na necessidade de repor a rede escolar e sanitária e a economia destruídas ao longo do conflito armado de 16 anos. Esta decisão se alicerçou no facto de que sem cidadãos saudáveis e bem formados e uma economia robusta, a defesa do país fica enfraquecida. Pelo que foi preciso “*estender as pernas em função do tamanho da esteira*”²⁰.

Mas, o governo também estava consciente de que a educação, a saúde e a economia precisavam da defesa. Assim, optou por FFA de menor dimensão, mas capazes de garantir a segurança do país, seguindo o princípio de que “*o ter língua curta, não impede alguém de se lambar.*”²¹

Visando regram a materialização do princípio da participação dos cidadãos na defesa da pátria, foi aprovada, pela Assembleia da República, a Lei nº 32/2009, do Serviço Militar, que revoga a Lei nº 24/97. O novo instrumento legal define o serviço militar como “*contributo prestado por cada cidadão, no âmbito militar, para a defesa da pátria*” (LSM, 2009: artº 1.º n.º 2)

O Artigo 3 da mesma lei estabelece as seguintes situações de Serviço Militar: reserva de recrutamento, serviço efectivo, reserva de disponibilidade e licenciamento e reserva territorial.

Todos os cidadãos sujeitos a obrigações militares, começando pelo seu recenseamento militar até à incorporação ou alistamento na reserva territorial, fazem parte da reserva de recrutamento (LSM, 2009: artº 4.º). Os cidadãos que permanecerem nas FADM fazem parte do serviço efectivo (LSM, 2009: artº 5.º n.º 4). Aqueles que cessam de prestar serviço efectivo normal até 35 anos de idade constituem reserva de disponibilidade e licenciamento (LSM, 2009: artº 6.º). E, finalmente, os cidadãos considerados incapazes para a prestação do serviço militar, permanecendo sujeitos às obrigações militares, fazem parte dos abrangidos pela situação de reserva territorial (LSM, 2009: artº 7.º)

Para o ingresso nas FADM, os Centros Provinciais de Recrutamento e Mobilização (CPRM) realizam o recrutamento militar, que é “*o conjunto de operações necessárias à obtenção de meios humanos para ingresso nas FADM*” (LSM, 197: art.º 8.º). As operações do recrutamento militar são as seguintes: recenseamento militar, classificação e selecção, distribuição e alistamento (LSM: art.º 10.º).

Por serem FFAA nacionais e pela tradição histórica, o processo de recrutamento e

²⁰ Provérbio macua, aplicável, também, à necessidade de gastos proporcionais às capacidades.

²¹ Provérbio macua que aconselha a necessidade de fazer o imprescindível, mesmo com a escassez de recursos.



mobilização abrange todas as províncias do país, do Rovuma ao Maputo e do Zumbo ao Índico.

Após a incorporação, os recrutas são submetidos aos treinos nos Centros de Instrução Básica Militar (CIBM), em que são organizados em secções, pelotões, companhias e batalhões, respeitando a diversidade das suas origens. Quer dizer que a formação das subunidades de instrução tem em conta a necessidade de permitir que cidadãos de todo o país façam do treino militar uma escola de unidade nacional.

Além do ingresso para o cumprimento do serviço efectivo normal, os cidadãos civis podem entrar nas FADM, para o Quadro Permanente, via Academia Militar, para a frequência do curso de licenciatura em Ciências Militares. Também podem ingressar na Academia Militar os jovens que estejam a cumprir o serviço efectivo nos quadros permanentes. Para o quadro de sargentos, por enquanto, candidatam-se os militares que estejam a cumprir o serviço efectivo.

Tanto nos CIBM como nas unidades de cumprimento do Serviço Militar, aos jovens são ministradas aulas de Educação Cívica e Patriótica para a formação, neles, dos valores que norteiam a vida militar. Na Academia Militar e na Escola de Sargentos, os currícula integram cadeiras que concorrem para a formação das qualidades exigidas à personalidade dos militares das FADM.

A direcção máxima das FADM entende que o trabalho de educação que é feito na instituição é a continuidade daquilo que é desenvolvido pela família, pela Escola e por outros agentes envolvidos na criação de valores morais positivos.

As FADM herdaram a tradição de serem a forja da unidade nacional e de outros valores da geração de combatentes da luta de libertação nacional. Pelo que, uma das orientações que deve nortear a sua acção é cultivar e manter a estreita ligação ao povo, “*viver como peixe na água*”- este lema que é farol desde os tempos da busca da liberdade.

Os nossos militares são cidadãos portadores da diversidade cultural. Na vida colectiva, os valores culturais de cada região se transformam em património nacional. Além disso, cumprindo o serviço militar em diversos pontos do espaço nacional, essa riqueza cultural passa a ser de cada um e de todos os membros das FADM, moldando-se, assim, uma identidade que ultrapassa a província, a tribo e a etnia, passando a ser uma manta que a todos cobre.

Aprendendo das experiencias dos heróis nacionais do passado e da diversidade cultural dos militares de hoje, cada membro das FADM adquire uma personalidade



enriquecida. Ele passa a ser também mosaico, materializando-se, sem dúvida, esta verdade: “as pessoas da pessoa são numerosas no interior da pessoa”²² (Bâ, 2010: 184).

Síntese conclusiva

As FADM são constituídas por cidadãos oriundos de todas as províncias do país. Elas integram a diversidade cultural do país, que é valorizada na instituição. As unidades e subunidades das FADM integram cidadãos de todas as etnias, facto que amplia a visão nacional dos militares, pela convivência multicultural que se cultiva.

Tanto nas instituições de ensino e formação quanto nas outras unidades e subunidades, a todos os militares são ministradas aulas de educação cívico-patriótica visando inculcá-los os valores culturais do povo e as tradições militares.

Assim, consideramos confirmada a H5: o processo de desenvolvimento das FADM conta com a integração de cidadãos representativos da diversidade cultural de Moçambique que promovem o sentir nacional na instituição militar.

²² Sabedoria dos bambaras e peuls, do Mali.



5. Integração dos valores culturais na educação para a cidadania nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique

As sociedades existem e permanecem pela consciência e actividade dos seus membros. Esta função de manter as sociedades passa pela preservação dos seus valores culturais.

Na actualidade, nota-se alguma tendência de abandono dos valores culturais tão essenciais para a nossa afirmação e permanência como sociedade. Muitas vezes, o pessimismo se acampa nas mentes de cidadãos, resfriando-lhes a cidadania. Esta atitude é contraproducente, porque *“quando uma nação se condena pela boca dos seus próprios filhos, é difícil, senão impossível, descortinar o futuro de quem perdeu por tal forma a consciência da dignidade colectiva”* (Martins apud Nogueira, 2005: 275-276). Urge resgatar os valores em declínio.

É sabido que os valores não se transmitem por ordem genética nem por transfusão. Reconhecendo a importância da educação na formação do Homem dotado de valor de igualdade, Nelson Mandela, o histórico líder político sul-africano afirmou:

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam de aprender; e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar” (Nelson Mandela apud Couto e Seidel).

Neste extracto, Mandela explica o papel da educação na criação da consciência de igualdade entre os homens. Mas a igualdade não é o único requisito para uma convivência social sã. Existem outros valores que resultam grandemente da educação para a cidadania. Segundo João Leal, a finalidade da educação para a cidadania é *“formar para a responsabilidade e para a participação na vida activa da comunidade”*, de acordo com os deveres e direitos constitucionalmente consagrados (Leal, 2004:235).

Uma das formas de educação para a cidadania é a educação cívico-patriótica. Ela desempenha o papel importantíssimo na preparação dos cidadãos para diferentes funções de utilidade nacional.

“A formação cívico-patriótica tem em vista desenvolver o sentido de cidadania, isto é, o sentido de pertença a um Estado, e por via desse estatuto jurídico, o gozo de direitos e o cumprimento de deveres extensivos a outros cidadãos desse Estado. Por isso, estes processos de formação ajudam o cidadão a assumir melhor as suas responsabilidades no relacionamento e convivência com outros cidadãos, a saber valorizar e a respeitar os outros. Para além disso, a educação cívico-patriótica ajuda o



cidadão a valorizar a vida em sociedade e a ter uma relação mais sã e harmoniosa com as instituições públicas e privadas.

O sentido de cidadania molda o cidadão para participar, de forma mais responsável, na construção, no presente, de um futuro melhor para ele próprio e para todo o Povo Moçambicano. Importa, neste quadro, levar a educação cívico-patriótica a afirmar-se como uma oportunidade privilegiada para a sistematização e consolidação dos vectores que sustentam os valores da moçambicanidade, entre eles a auto-estima, a cultura de paz, o respeito e reconhecimento mútuo entre os cidadãos bem como a solidariedade de moçambicano para moçambicano, o voluntariado, o patriotismo e a Unidade Nacional. Na instituição militar, em particular, devemos dar destaque à heroicidade do nosso Povo, ao longo de séculos, a sua capacidade de resistir e de encontrar soluções para os diferentes desafios que o tempo nos foi impondo e as grandes virtudes que só podem ser moçambicanas, de forjar a Unidade Nacional para realizar os nossos sonhos em cada etapa da nossa História. Devemos igualmente saber promover e valorizar a honra, a coragem, o estoicismo, a bravura e o orgulho de servir Moçambique e o seu maravilhoso Povo.

A educação cívico-patriótica deve, ao mesmo tempo, ligar-se à educação para uma cidadania mais ampla, a cidadania da região da SADC e do mundo que são gerados pelos processos de integração regional e continental e pela globalização.” (Guebuza, 2010: 3).

Estes valores acima mencionados, como quaisquer outras virtudes, são produto da educação. Não só a educação informal como também, e principalmente, a que é feita nas Escolas, em todos os níveis. O papel das Escolas é fundamental na preparação dos futuros herdeiros da sociedade. Existe uma relação de interdependência entre o tipo de formação escolar e a qualidade dos cidadãos, visto que “*o ensino dado à mocidade dum país permite avaliar o que será amanhã esse país*” (Le Bon, [1909]: 77).

O Presidente Samora, várias vezes, empregava o seguinte ditado popular: “*Matar o jacaré enquanto pequenino*”, para explicar a necessidade de “*eliminar o mal quando estiver ainda no ovo*”. Isto significa que aqueles males, cuja manifestação se repercutirá no futuro, devem ser eliminados antecipadamente

Nas FADM, os cidadãos devem ser educados para servir o povo, o que significa respeitar os valores pelos quais a sociedade se guia, obedecendo a Constituição e demais leis estabelecidas, porque “*as Forças Armadas não existem contra a sociedade ou apesar dela, mas sim em função dela. Logo, os valores por que se regem não podem sobrepor-se aos da comunidade, devendo pelo contrário subordinar-se-lhes.*” (Vaz, 1992: 144).



O cumprimento escrupuloso do dever militar exige que as FADM estejam permanentemente dotadas de virtudes militares, isto é, tenham “*aquelas qualidades que, sem deixarem de ser necessárias a todo o bom cidadão, são todavia mais particularmente indispensáveis a todo o bom soldado*” (Martins apud Matos, 1994:36).

De entre os valores militares, Matos (2003: 51) destaca os seguintes: patriotismo, honra, coragem, disciplina e solidariedade.

Associando os acima expostos, pensamos que, de entre muitos valores culturais, os militares das FADM devem continuar a cultivar e preservar os seguintes: unidade nacional, patriotismo, orgulho pela História nacional, coragem, honra, disciplina, espírito de sacrifício, ligação ao povo, fidelidade, responsabilidade, espírito de corpo, estudo permanente e dedicação ao trabalho.

a. Unidade nacional

A unidade nacional é a maior conquista cultural do moçambicano. A nossa história mostra-nos que todas as vezes que estivemos unidos, por mais difíceis que fossem os problemas, conseguimos vencer.

Se no passado realizámos os nossos sonhos, devemos estar conscientes que para as grandes agendas do presente e do futuro, deveremos inspirar-nos nessas experiências, para que a coesão de todos permita eliminar os grandes males que ainda existem na nossa sociedade.

A unidade nacional, elemento indispensável nas instituições de ensino, nas famílias e em toda a sociedade, é parte dos currículos de educação cívica nas FADM e parte integrante dos programas de ensino nas instituições militares de formação.

b. Patriotismo

A pátria não se compra, não se adquire por uma obra de caridade nem se acha perdida numa estrada. A pátria é o berço dos cidadãos. É a terra que acolheu o nosso cordão umbilical e guarda no seu solo os túmulos daqueles que no passado a serviram e deixaram o testamento de fidelidade, para ser continuada por novas gerações. A pátria é o denominador comum, ponto de convergência dos cidadãos, o bem mais precioso que nos pertence.

O sentimento de amor à pátria chama-se patriotismo. Este amor não é a simples retórica. Em caso de necessidade, pela pátria se morre. Quando a pátria chama, devemos responder afirmativamente, porque, caso contrário “*os cidadãos que amanhã, em caso de*



perigo para a vida da Nação, não pegassem em armas, por terem esquecido ou renegado o sentimento de amor da Pátria, arrastariam, pelos séculos dos séculos, o estigma da falta de patriotismo e a vergonha de terem deixado soçobrar a Pátria” (Silva, 1955: 30).

A Instituição Militar é um campo fértil para se cultivar o amor à Pátria. Nas Forças Armadas, o patriotismo brota, inspirado pelo tipo de vida e pelos exemplos de heroísmo e bravura que, tanto no passado como no presente, enriquecem as páginas da História Militar. Porque *“a vida militar determina que um conjunto de atitudes e comportamentos, dominados pelo sentimento colectivo de pátria e de solidariedade colectiva passem a caracterizar a sua vida. Disso resulta que o sentimento patriótico apareça a suplantar as experiências e as vivências do indivíduo resgatando-as como riqueza para a pátria, para os cidadãos, cobertos pela bandeira nacional” (Guebuza, 2005: 6-7).*

A pátria é a manta que cobre a todos e aquele que se sacrifica por ela fica insepulto, porque, pelas acções nobres, passa para a perpetuidade.

c. Orgulho pela história nacional

A História de Moçambique é um livro escrito por todos os moçambicanos sem excepção de raça, posição social, sexo, credo e grupo étnico. Todos os moçambicanos devem considerá-la como seu património cuja valorização, evocação e preservação constituem uma necessidade patriótica.

As FADM devem ser o exemplo de orgulho pela história nacional. Não porque ela seja apenas um desfile de bons momentos. Mas porque é a nossa História. Ninguém se divorcia do seu passado. O passado de um povo assume-se. Os momentos maus e menos bons servem para a nossa reflexão em relação às realizações futuras; e as páginas gloriosas, de que tanto nos orgulham, constituem a nossa permanente fonte de inspiração, para que tanto os presentes como os vindouros realizem novos actos prestigiantes.

d. Coragem

Não se defende o que não se ama. Os cidadãos devem ser educados para amar a sua pátria, para que aceitem defendê-la dos perigos e ameaças que possam pôr em risco a sua segurança. Esta missão, sagrada e patriótica, exige coragem. Mas o que é coragem?

A “coragem é a capacidade de superar o medo e continuar no cumprimento da missão. A coragem possibilita aos soldados combaterem e vencerem. Entretanto, a coragem transcende a dimensão física. Moral e coragem espiritual são igualmente importantes. Existe um aspecto da coragem que vem de uma profunda fé espiritual, o qual,



quando prevalece em uma unidade do Exército, pode resultar em valentia e tenacidade incomuns em combate.” (Sullivan apud Brinsfield, 1999: 49)

Das afirmações do General Gordon R. Sullivan nota-se a relação existente entre a coragem e a preparação espiritual dos militares, tarefa que se integra na educação dos cidadãos. Não basta a preparação física, é necessário acrescentar-se a outra componente também imprescindível, que permite ultrapassar as situações inopinadas e que são frequentes quer na guerra quer no cumprimento de missões de natureza humanitária. Trata-se da preparação espiritual.

A História conhece muitos casos de povos que venceram adversários melhor equipados materialmente, graças à forte preparação moral tanto dos seus militares, como da população em geral. Porque, segundo Silva (1955: 52), a coragem é “*o estado de alma que permite a um homem fazer face ao perigo, conhecendo perfeitamente a natureza desse perigo*”.

Homens espiritualmente preparados, mesmo enfrentando situações extremas de perigo, resistem, vencem, escrevendo novas páginas de heroicidade.

Como acontece com outras qualidades humanas, a coragem é como uma planta, precisa de ser regada. A pior coisa que pode acontecer numa sociedade é pensar que esta qualidade já existe e não se preocupar em cultivá-la. Ela “*deve ser renovada diariamente*” (Save apud Blackwell e Bozek, 1999: 25).

e. Honra

Outro valor que deve ser preservado é o da honra, porque, enquanto tivermos esta qualidade, ainda possuímos alguma riqueza. A honra dignifica a pessoa. “*Proceder com honra, é cumprir pronta e completamente todos os compromissos que foram assumidos ainda que para tanto haja de fazer os maiores sacrifícios*” (Silva, 1955:46).

Se é difícil criar uma imagem credível, importa dizer que perdê-la é mais simples, bastando, para tal, não pautar pelo rigor na conduta tanto individual como institucional.

Quando o militar não cumpre o seu dever, defrauda as expectativas daqueles que vêm nele um cidadão que jurou servir o povo. Esta atitude lesa a honra do militar e das FADM.

f. Exemplo

Na liderança, não bastam as exigências aos subordinados. O exemplo dos superiores é de extrema importância. A maior voz de comando de um superior está no seu



exemplo. Esta qualidade toca todos os sectores da vida e, nas FFAA, ela é extremamente indispensável, “*porque é o comandante que arrasta os seus subordinados e não o que os empurra*” (Matos:51). Para arrastar soldados, ser obedecido, e não apenas temido, é necessário ser exemplar. Caso contrário, o comandante ou chefe tornar-se-á fariseu.

g. Disciplina

Na vida militar tudo é regrado. A disciplina exige o cumprimento das normas tanto militares como os da sociedade em geral. Uma das exigências colocadas ao militar é a observância do princípio de subordinação hierárquica, isto é, o inferior submeter-se à autoridade do superior hierárquico. Este princípio exige, simultaneamente, que o superior trate os subordinados com dignidade, pois, eles não são instrumentos submissos, mas, acima de tudo, colaboradores. Regra confirmada pela História: FFAA indisciplinadas não alcançam a vitória na guerra nem são estimadas pelo seu povo.

Para o Comandante-Chefe das FADM, as FFAA, por “*constituírem um corpo organizado, disciplinado e hierarquicamente estruturado (...) estão dotadas de uma cultura de obediência a cadeias de comando. Estas características contribuem sobremaneira para o incremento da sua eficiência e organização. De entre outras virtudes, as Forças Armadas dotam e apuram, nos cidadãos, o sentido de rigor, de disciplina e pontualidade, de aprumo e civismo*” (Guebuza, 2005: 5-6).

A disciplina é necessária, tanto no tempo da guerra como no período de paz. O combate exige a obediência e a coordenação de acções, pelo que a indisciplina periga o sucesso colectivo.

h. Espírito de corpo

Um dos valores que faz parte da educação é a solidariedade entre os membros duma família, e entre estes e a comunidade a que pertencem. Este valor, quando aliado ao patriotismo e à unidade nacional, alarga-se ao espaço mais vasto, passando a ter uma dimensão nacional. Nas FFAA, a solidariedade cria o espírito de camaradagem e o espírito de corpo.

A camaradagem e o espírito de corpo dos militares são condicionados por seguintes factores, de entre outros: o carácter interdependente dos meios humanos e materiais, a vida comum, as adversidades e perigos comuns e a vontade firme de, em conjunto, vencer os desafios no cumprimento de missões.

i. Fidelidade



A principal característica dos mercenários reside essencialmente na sua preocupação pelo dinheiro pago para o cumprimento da missão. Como o seu objectivo principal é o dinheiro, eles não têm pátria. De tempos em tempos, defendem causas contraditórias, desde que alcancem os fins económicos por eles pretendidos. Mercenário é “*faca de dois gumes*”.

Um patriota é defensor de interesses nacionais. Para tal, ele é fiel à Constituição, aos regulamentos militares e a demais legislação que condiciona o comportamento em sociedade. O patriota tem a nobreza do carácter. Não é “vende-pátria”. General de Gaulle, por não acreditar na fidelidade de unidades de militares de diferentes pátrias, questionava de seguinte modo?

“Deixemos aos geómetras os estranhos planos que visam misturar contingentes de diferentes países nas mesmas unidades militares, a fim de fabricarem um Exército não nacional. De onde tirariam os soldados desta Babel militar, as suas virtudes?” (De Gaulle apud Matos, 1994:54).

Porque a fidelidade está ligada a educação, homens de contextos diferentes podem não defender mesmas causas, pondo, assim, em risco os objectivos e interesses supremos pelos quais devem lutar.

Dada a importância da fidelidade dos militares, no dia em que os instruídos terminam a instrução básica fazem o seguinte juramento:

“Eu _____ juro por minha honra consagrar todas as minhas energias e a minha vida à defesa da Pátria, da Constituição da República e da Soberania Nacional. Juro obedecer fielmente ao Presidente da República, Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança”. (LSM, 2009: art.º 35.º)

Feito este compromisso solene, nenhum militar deverá alegar ignorância das suas obrigações.

j. Ligação ao Povo

As FADM herdaram da geração dos libertadores da pátria o princípio de que o militar, no seio do povo, tem que “ser como o peixe na água”. Ser peixe na água significa respeitar o povo a quem servem. Amar a pátria é indissociável do amor ao povo. Desrespeitar o povo é uma violação à nossa identidade e é uma lesão grave à disciplina militar. Reconhecendo a relação entre o sucesso militar e o respeito ao povo, O Presidente Armando Guebuza disse:



“ (...) as nossas forças armadas continuam com a tradição de ligação com o povo. É essa ligação que gerou as relações historicamente sadias e politicamente inspiradoras das grandes vitórias que a nossa instituição militar pôde inscrever ao longo da nossa gloriosa trajectória” (Guebuza, 2005: 4).

As boas relações com o povo abrangem o respeito dos seus valores culturais, dos seus bens, das mulheres, crianças e homens, velhos e novos e a boa gestão dos recursos do Estado, porque resultam das contribuições dos cidadãos.

A ligação ao povo também é visível quando os militares socorrem as populações em caso de calamidades naturais. Quando fazem a desminagem para permitir a circulação das populações e a produção agrícola assim como quando participam nas jornadas de limpeza das cidades e vilas.

k. Espírito de sacrifício

Servir a Pátria exige espírito de sacrifício. Esta qualidade está relacionada à preparação da mentalidade do cidadão para compreender a necessidade de abdicar dos seus interesses, para consentir sacrifícios em defesa da pátria. Esta actividade é sublime, porque seu valor é impagável, visto que “o vencimento do militar (...) nunca é remuneração do serviço, por não haver dinheiro que pague o sacrifício da vida.” (Albuquerque, 2009: 20).

O espírito de sacrifício é uma das formas da realização concreta do juramento que os militares prestam.

l. Responsabilidade

A actividade militar exige, a todos os níveis, a cultura de responsabilidade., tanto no tempo de guerra como no período de paz.

A História conhece derrotas e mortes de muitas populações e militares, em consequência da falta de responsabilidade. Algumas práticas de falta de responsabilidade podem ter como ponto de partida o espírito de vitória e a tendência de subestimar o inimigo.

m. Aprimoramento técnico-profissional

Na actualidade, com o desenvolvimento técnico-científico, o desafio de aprender agiganta-se constantemente. O novo armamento exige novos conhecimentos. O contacto com outros povos e a participação em missões humanitárias e de apoio à paz exigem desafios de multiculturalidade.



Um bom militar é aquele que, consciente das suas limitações, se esforça por adquirir novos conhecimentos. A isto se chama auto-superação.

n. Dedicção ao trabalho

É comum, relacionar a dedicação ao trabalho à assiduidade e pontualidade. Não há dúvida nenhuma que quem trabalha deve ser pontual e assíduo. Porém, em cada dia, a nossa acção no trabalho deve reflectir-se na mudança institucional para o melhor.

Síntese conclusiva

Para a preservação dos valores culturais urge integrá-los na educação para a cidadania. Esta vertente educativa deve abranger várias instituições, a começar pela família e envolver outras instituições, especialmente a família e as confissões religiosas.

Nas FADM, a recente criação da Repartição de Educação Cívica e patriótica, no Departamento de Doutrina e Formação do Estado Maior General, integrando os Serviços de Cultura, de História Militar e de Museus e Monumentos, sectores existentes também nos Ramos, unidades e subunidades, é um passo importante para que a educação para a cidadania seja real e eficaz.

Deste modo se considera confirmada a H6, segundo a qual os valores culturais nacionais devem ser integrados na educação para a cidadania.



Conclusões e Recomendações

a. Conclusões

Moçambique é um país multiétnico e, conseqüentemente, dotado de uma diversidade cultural. A cultura moçambicana é resultado de vários processos ligados à história e à geografia do país.

Como acontece com qualquer cultura, a moçambicana também está sujeita a dinâmicas, pelo que as identidades estão em constante formação e reformulação. A diversidade moçambicana é enriquecedora e favorece a unidade nacional.

As FADM têm como missão principal a defesa da soberania e da integridade territorial. Para o cumprimento deste nobre dever, os cidadãos nacionais são incorporados e formados em consonância com a Doutrina Militar e os valores culturais universais e os da sociedade moçambicana.

Por ingressarem cidadãos provenientes de vários grupos étnicos e de todas as províncias, as FADM são uma instituição dotada de diversidade cultural. Os valores culturais positivos de cada região do país são partilhados por todos, passando a constituir o património das FADM.

A tradição e a modernidade são necessárias nas FADM. Elas preservam os valores culturais positivos do povo moçambicano e da instituição militar, em particular, ao mesmo tempo que absorvem os da modernidade.

Uma tradição desactualizada trava o desenvolvimento, da mesma forma que a inserção de um valor moderno exige o estudo profundo da realidade cultural concreta, sob risco de ser rejeitado ou enfraquecer a sociedade.

A integração dos valores culturais na educação para a cidadania, tanto na sociedade em geral, bem como nas FADM, é uma das formas de preservação da identidade cultural.

b. Recomendações

Em função das conclusões retiradas deste estudo e visando garantir a preservação dos valores culturais para o desenvolvimento das FADM, apresentamos as seguintes recomendações:

- (1) Há necessidade da continuidade do aprofundamento do estudo da diversidade cultural de Moçambique;
- (2) A educação para a cidadania deve ser feita tanto a nível informal como formal. A família e as outras instituições, tanto religiosas como as de outra índole, são



forjas de cidadania. Nas escolas, deve ser continuada a revisão curricular, integrando os conteúdos que concorram para a formação da cidadania. No ensino básico, deve ser mantido o Currículo Local, devendo prosseguir o processo de formação de docentes para as matérias ligadas às realidades locais;

- (3) O cumprimento dos Serviços Militar e Cívico deve ser mantido, pois, constitui um dever patriótico e uma escola de cidadania, propiciando na vida dos jovens o reforço dos valores culturais que sustentam a nação moçambicana. É o momento de fortalecimento do diálogo e da compreensão intercultural em todos níveis.
- (4) O desenvolvimento das FFAA exige a valorização tanto da tradição positiva como da modernidade favorável ao desenvolvimento institucional;
- (5) Para o desenvolvimento da instituição militar, deve ser continuada a educação para a cultura de valorização do tempo, a pontualidade, a assiduidade, o saneamento do meio, a manutenção das infra-estruturas e bens militares, o aprumo e a aprendizagem constante;
- (6) Os serviços, as secções e as subsecções de Educação Cívica e Patriótica devem ser alargados a todas as unidades e subunidades, incluindo as instituições de ensino e treino militares, para facilitar a difusão dos valores culturais nacionais nas FADM;
- (7) Nas instituições de formação das FADM, além de outras cadeiras de âmbito geral, o ensino de matérias ligadas à História de Moçambique, Antropologia Cultural de Moçambique e Geografia de Moçambique contribuiria para o conhecimento profundo da diversidade cultural do país;
- (8) As unidades e as subunidades devem implementar formas de relacionamento muito estreito com as comunidades onde estão sediadas, estudando a história e a cultura locais;
- (9) Pela dignidade, prestígio, respeito e consideração de que gozam na sociedade, em função do papel histórico e patriótico que desempenharam na gesta libertadora, a continuação da participação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional no processo de formação cívica para a cidadania dos militares é extremamente recomendável;
- (10) A preparação de um exercício em qualquer ponto do país deve ser holística, isto é, não se limitando ao estudo dos aspectos físico-geográficos do terreno, devendo abranger as vertentes sociais, culturais e económicas do espaço onde



decorrerão as actividades, permitindo, assim, o conhecimento das especificidades locais pelos militares;

- (11) Há necessidade de cultivar nos militares o hábito de estudo da legislação e demais documentos normativos para que a nossa prática seja norteadada pela estreita observância dos instrumentos legais.



Bibliografia

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (ed. lit.); FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (ed. lit.) (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa ; Verbo.

António Barreto: *Vivo bem com a morte das pessoas que amo ou amei : Entrevista. Publicada em 22 de Agosto de 2009*. [em linha]. iOnline. Lisboa : iOnline. [Referência de 3 de Março de 2011]. Disponível na internet em: <http://www.ionline.pt/conteudo/1993-anntonio-barreto-vivo-bem-com-morte-das-pess...>

BAË, A. Hampaté. A tradição viva. In KI-ZERBO, Joseph (Coord) (2010). *História Geral da África I. Metodologia e Pré-história da África* 2ª ed. rev. Brasília: UNESCO, p. 167-212.

BAËNA, Luís Sanches (2006). *Fuzileiros - factos e efeitos na guerra de África 1961/1974 : Crónica dos efeitos de Moçambique*. Lisboa: Edições Inapa.

BERNARDI, Bernardo (2007). *Introdução aos estudos etno-antropológicos*. Lisboa: Edições 70.

BLACKWELL, Paul E. e BOZEK Gregory J. (2009). Liderança para o novo milénio. *Military Review Brazilian*, p 20-27.

BRINSFIELD, John W.(1999). Ética e valores militares. *Military Review Brazilian*, p. 38-50.

CABAÇO, José Luís de Oliveira (2007). *Moçambique: Identidades, Colonialismo e Libertação* [Em linha]. [Tese de Doutoramento]. São Paulo, [Referência de 31 de Março de 2011]. Disponível na internet em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/2010/Historia/teses/8cabaco_tese.pdf



CABRAL, Márcia Regina (2008). Educação e cidadania. In *Webartigos.com* [Em linha]. [Referência de 7 de Abril de 2011]. Disponível na internet em: <http://www.webartigos.com/articles/10791/1/Educacao-e-Cidadania/pagina1.html>.

COUTO, Fernando de La Rocque ; SEIDEL, Daniel (Cord.) (2004). *Diversidade religiosa e Direitos humanos*. [Em linha]. Brasil : Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Governo Federal do Brasil [Referência de 4 de Abril de 2011]. Disponível na internet em: http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_sedh_diversidade_religiosa.pdf

Diário dos Açores [em linha]. 15 Fev. 2011 [referência de 3 de Março de 2011].

Disponível na internet em:

http://www.diariodosacores.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=9047:jose-andrade-defende-que-a-cultura-e-o-nosso-bilhete-de-identidade&catid=51:actualidade&Itemid=22.

GAIVÃO, António Mascarenhas (2009). O Mouzinho diplomata : Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe D.Luiz Filipe. *Gazeta d'Orey* [Em linha] Apêndice nº 21 (Outubro 2009).[Referência de 17 de Abril de 2011]. Disponível na internet em: http://www.dorey.pt/gazetas/apend_gazeta21.pdf.

GARCIA, Francisco Proença (2003). *Análise Global de uma Guerra : Moçambique 1964-1974*. Lisboa : Prefácio.

GIACOMIM, Santa Amabile e COSTA, Ademar de Castro (s/d). Teoria do conhecimento e valores. *Revista on-line Unileste* [Em linha]. [Referência de 4 de Abril de 2011]. Disponível na internet em: <http://www.unilestemg.br>

GIDDENS, Anthony (2010). *Sociologia*. 8ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GUEBUZA, Armando Emílio (2005). *O papel da instituição militar na promoção da Unidade Nacional e Patriotismo e no Combate `a pobreza: Oração de sapiência na Academia Militar Marechal Samora Moisés Machel por ocasião do início das actividades lectivas*. Nampula, 13 de Julho de 2005.



- GUEBUZA, Armando Emílio (2010). *Educação cívico-patriótica: o papel do Ministério da Defesa Nacional*: Comunicação na sessão de abertura do XI Conselho Coordenador do Ministério da Defesa Nacional. Maputo, 18 de Novembro de 2010.
- LE BON, Gustave ([1909]). *A Psicologia das Multidões*. Trad. Agostinho Fortes. 2ª ed. rev. e anot., Lisboa : Typographia de Francisco Luiz Gonçalves.
- LEAL, João Luís Rodrigues (2004). Contributos do dia da Defesa Nacional para a Adesão dos Jovens às Forças Armadas e para uma maior consciencialização da Nação acerca das questões de segurança e defesa. *Boletim*, Nº 60 (22 de Novembro). Lisboa, 207-267.
- MACHEL, Samora (1978). *A educação é tarefa de todos nós*. Maputo: FRELIMO Notícias.
- MAQUÉA, Vera (2005). Entrevista com Mia Couto. *Via Atlântica* [Em linha]. Nº 8 (Dezembro 2005). [referência de 13 de Abril de 2011]. p. 205- 217. Disponível na internet em:
<http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via08/Via%208%20cap13.pdf>
- MARTA, Eunice (2009). O Conceito sociológico de cultura. In *Ciberduvidas da Língua Portuguesa* [Em linha]. [Referência de 3 de Março de 2011]. Disponível na internet em: <http://www.ciberduvidas.com/pergunta.php?id=28869>
- MARTINS, Guilherme d'Oliveira (2007). *Portugal: identidade e diferença*. Lisboa: Gradiva.
- MATOS, José Alberto da Costa (1994). Tema 24 - A Ética e a Profissão Militar. In INSTITUTO DE DEFESA NACIONAL. *Anuário do CND94*. Lisboa: Centro de Documentação e Informação do IDN, vol 3.
- MAZULA, Brazão (1995). *Educação, cultura e ideologia em Moçambique: 1975-1985*. Santa Maria da Feira: Edições afrontamento e Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa.
- MOÇAMBIQUE (2007). *Constituição da República de Moçambique (CRM)*. Maputo: Plural Editores.



MOÇAMBIQUE. LDNFA. LEI n° 18/1997: *Aprova a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas* “Boletim da República, Série I” n° 40 (97-10-01).

MOÇAMBIQUE. LSM. LEI n° 32/2009: *Aprova o Serviço Militar* “Boletim da República, Série I” n° 47 (09-11-25).

MOÇAMBIQUE. LSMO. LEI n° 4/1978: *Aprova o Serviço Militar Obrigatório* “Boletim da República, Série I” n° 35 (78-03-23).

MOÇAMBIQUE. QUARTEL GENERAL DA REGIÃO MILITAR (MQGRM) – 2.^a Repartição.(1967). *Supintrep n° 22: Populações de Moçambique* [texto policopiado]. Nampula: 2.^a Rep/ QG/ RMM. Vol 1.

MOÇAMBIQUE. RESOLUÇÃO n.º 12/97: *Aprova a política cultural e sua estratégia de implementação*. “Boletim da República de Moçambique, Série I” n.º 23, supl. 3 (97-06-10).

MOURA, Almeida (2003). O papel do militar na sociedade: Reflexões. *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 133 (Abril-Junho 2003), p. 251-288.

NOGUEIRA, José Manuel Freire (2005). *Pensar a Segurança e Defesa*. Lisboa: Edições Cosmos / Instituto da Defesa Nacional.

OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa de (2010). Identidade Nacional. In *Dicionários de Direitos Humanos* [Em linha]. Brasil: ESMPU [Referência de 15 de Março de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Identidade%20cultural>

PEREIRA, Maria de Lourdes (1994). Tema 19 - A defesa Nacional e a formação de professores. In INSTITUTO DE DEFESA NACIONAL. *Anuário do CND94*. Lisboa: Centro de Documentação e Informação do IDN, vol 3.

QUENTAL, Afonso (2010). Coreto Vivo - José Maria Dutra Silva, ‘União Faialense’: Bandas “são bilhete de identidade” do povo de cada localidade açoriana. *Correio dos Açores* [Em linha]. 21 Maio 2010 [Referência de 2 de Abril de 2011]. Disponível na internet em: < <http://www.correiodosacores.net/view.php?id=27899>>.



Rádio Atlântida. [Em linha]. Ponta Delgada [Referência de 3 de Abril de 2011]. Disponível na internet em: <http://www.radioatlantida.net/noticias/2011/02/13/cultura-e-o-nosso-bilhete-de-identidade-diz-o-vereador-da-cultura-de-ponta-delgada.php>

RENAUD, Isabel (1992). Os valores da cidadania. *Nação e Defesa*. Nº 62, p. 127-139.

RITA-FERREIRA, António (1982). *Fixação portuguesa e história pré-colonial de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

RIVIÈRE, Claude (2010). *Introdução à Antropologia*. Tradução de José Francisco Espadeiro Martins. Lisboa: Edições 70.

SANTANA, Marcos Sílvio de (2005). O que é cidadania. In *Artigos Jurídicos* [Em linha]. [Brasil]. [Referência de 7 de Abril de 2011]. Disponível na internet em: <http://www.advogado.adv.br/estudantesdireito/fadipa/marcossilviodesantana/cidadania.htm>

SILVA, Alberto Araújo (1955). *Ética Militar 2ª Parte: Virtudes Militares*. Caxias: Instituto de Altos Estudos Militares.

SILVA, Avani Souza (2010). Da prosa poética aos textos de opinião: a questão da identidade em Mia Couto. *Revista Crioula* [Em linha]. Nº 8 (Novembro). [Referência de 13 de Abril de 2011] p. 1-15. Disponível na internet em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/revistas/crioula/edicao/08/Artigos%20e%20Ensaios%20-%20Avani%20Souza%20Silva.pdf>.

SILVA, Jorge Lima Andrade. Notícias. In *Eugénio de Paula Tavares o grande intérprete do maravilhoso espírito caboverdiano* [Em linha]. Sintra: Eugenio Tavares.org [Referência de 3 de Abril de 2011]. Disponível em: http://www.eugeniotavares.org/docs/pt/noticias/dia_nacional_cultura.html.

VAZ, Nuno (2005). *Identidade étnica e etnicidade : uma análise do tecido social do Ruanda* [Tese de Mestrado]. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.



VAZ, Nuno Mira (1992). Os três rrr, as novas funções e o futuro das Forças Armadas. *Nação e defesa*. Nº 62, p. 141-158.

Entrevistas e Contactos Pessoais

1. Coronel Firmino Paixão de Jesus - Forças Armadas de Timor-Leste.
2. Coronel Fonseca e Sousa - Forças Armadas Portuguesas.
3. Coronel Carlos Baia Afonso - Forças Armadas Portuguesas.
4. Tenente-Coronel Carlos Manuel Mendes Dias - Docente da Academia Militar Portuguesa.
5. Tenente-Coronel Elias Paulo Mataruca – Chefe do Departamento de Finanças do Ministério da Defesa Nacional – Moçambique.
6. Major Francisco Daniel Franze - Chefe de Departamento de Ciências Sociais, Económicas e Jurídicas da Academia Militar Marechal Samora Moisés Machel.
7. Major Benjamim Chabualo, Adido de Imprensa do Ministro da Defesa Nacional – Moçambique.
8. Dr. Viriato Caetano Dias, Mestrando em Relações Internacionais na Universidade de Évora – Portugal.
9. Alferes Manuel Faro Nhazilo - Forças Armadas de Defesa de Moçambique.
10. Professor Alberto Viegas - Assessor da Direcção Provincial de Educação de Nampula – Moçambique.
11. Dr. Alves José Momade Carangueza - docente na Escola Secundária de Nampula-Moçambique.